

Maria Benedita Almeida e Sousa Martins da Rocha

**IDEIAS E CRENÇAS SOBRE A ADOÇÃO:
ESTUDO COM CANDIDATOS E PAIS ADOPTIVOS**

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia

2009

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**IDEIAS E CRENÇAS SOBRE A ADOÇÃO:
ESTUDO COM CANDIDATOS E PAIS ADOPTIVOS**

MARIA BENEDITA ALMEIDA E SOUSA MARTINS DA ROCHA

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia
apresentada na Faculdade de Psicologia e de
Ciências da Educação da Universidade do Porto
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Sob a orientação da Professora Doutora Maria
Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne e co-
orientada pela Professora Doutora Margarida Isabel
Rangel Santos Henriques.

Outubro de 2009

Resumo

A adopção é objecto de uma diversidade de controvérsias que dão origem à criação de ideias e de crenças específicas. Partindo-se deste pressuposto, o presente trabalho pretende explorar as ideias e crenças sobre a adopção existentes nos candidatos e pais adoptivos portugueses. A forma como os candidatos e os pais adoptivos encaram o fenómeno da adopção irá ter necessariamente impacto na parentalidade adoptiva.

Para este efeito desenvolveu-se um instrumento de raiz – Escala de ideias e crenças sobre a adopção – com 52 ideias relativas à adopção, tendo sido aplicado a uma amostra de 510 participantes de todo país, que se distribuem homoganeamente por condição de adopção: 54.1% são pais adoptivos e 45.9% candidatos à adopção. O estudo das características psicométricas do instrumento aplicado evidenciou o facto de ser robusto e fidedigno e que, além de ser constituído por itens que apresentam um bom grau de sensibilidade, patenteia uma estrutura multifactorial nítida, exibindo níveis de consistência interna bastante satisfatórios.

Os resultados obtidos frisam, de uma maneira geral, a presença de ideias positivas em relação à adopção por parte dos participantes e, apesar de serem na sua maioria ajustadas à literatura, revelam, por outro lado, alguma negação da especificidade da adopção. Encontraram-se diferenças entre pais e candidatos adoptivos evidenciando que a experiência da parentalidade adoptiva surte efeitos na forma de perceber a adopção. O presente estudo salienta a importância, a pertinência e a necessidade da formação parental a adoptantes em que a tomada de consciência, a reflexão e a discussão das ideias relativas à adopção e suas especificidades é assumida como ponto de partida para a construção de um projecto de adopção realista que tenha em consideração as suas exigências e particularidades nas circunstâncias e modalidades em que decorre.

Palavras-chave: adopção, crenças, ideias, parentalidade

Abstract

Adoption is a subject to a number of controversies which originate the creation of specific ideas and beliefs. Starting from this assumption, the purpose of this paper is to explore the ideas and beliefs of adoption that the portuguese adoptive candidates and the adoptive parents have. The way that these candidates and parents face the adoption phenomenon will have for sure an impact on adoptive parenting.

To do so a new tool was developed –Beliefs and ideas about adoption Scale – with 52 ideas concerning adoption, that were applied to a sample of 510 participants from all over the country that are homogeneously distributed by adoption condition: 54.1% are adoptive parents and 45.9% are adoption candidates. The psychometric characteristics of the instrument used were analysed, proving to be a robust and reliable instrument. Its items showed high internal consistence. An exploratory factorial analysis revealed clearly an explicit multifactorial structure, showing levels of internal consistency quite satisfying.

The results emphasize the presence of positive ideas concerning adoption in the participants and, although their majority is adjusted to literature, they reveal, on the other hand, some denial of adoption specificity. Differences are found between parents and adoptive candidates showing that the adoptive parenthood experience has an impact in the way of understanding the adoption. This study highlights the importance, the relevance and the need of the parental training for adoptees. The awareness, reflection and discussion of the ideas about adoption and their characteristics is assumed as a starting point for the construction of an realistic adoption project that takes into account their particular needs in the circumstances and arrangements in which it is conducted.

Keywords: adoption, ideas, beliefs, parenting

Résumé

L'adoption fait l'objet d'une diversité de polémiques qui sont source de création d'idées et de préétablis spécifiques. Partant de cette présupposition, cette étude a pour objet d'explorer les idées qui existent chez les candidats et parents adoptifs portugais. La manière dont les candidats et les parents adoptifs envisagent le phénomène de l'adoption aura nécessairement un impact sur la parentalité adoptive.

A cet effet, a été développé un instrument - Echelle d' idées sur l'adoption – contenant 52 idées relatives à l'adoption, lequel a été appliqué à un échantillon de 510 participants originaires de tout le pays, lesquels se répartissent de manière homogène suivant les conditions de l'adoption : 54.1% sont des parents adoptifs et 45.9% sont des candidats à l'adoption. L'étude des caractéristiques psychométriques des données a mis en évidence la robustesse et la fidélité de l'instrument appliqué, dont les items présentent un bon degré de sensibilité, présentant une structure multifactorielle nette, avec des niveaux de consistance interne assez satisfaisants.

Les résultats obtenus soulignent, d'une manière générale, la présence d'idées positives relatives à l'adoption de la part des participants et, bien qu'étant pour la plupart ajustées à la littérature, elles révèlent, par ailleurs, une certaine négation de la spécificité de l'adoption. On rencontre des différences entre les parents adoptifs et les candidats à l'adoption, ce qui démontre que l'expérience de la parentalité adoptive produit des effets sur la manière de percevoir l'adoption. Cette étude met en évidence l'importance, la pertinence et la nécessité de la formation parentale des adultes adoptants par laquelle la prise de conscience, la réflexion et la discussion des idées relatives à l'adoption et à ses spécificités sont assumées comme le point de départ de la construction d'un projet d'adoption réaliste qui tienne compte de ses exigences et ses particularités, dans les circonstances et suivant les modalités où elle se déroule.

Mots clés : adoption, craintes, idées, parentalité

Agradecimentos

Não podia iniciar este trabalho, sem uma nota de agradecimento sincero a todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua concretização.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Doutora Maria Adelina Barbosa Ducharne, orientadora desta investigação, por todo o seu apoio, disponibilidade e simpatia, e pelo excelente estilo de orientação, verdadeiramente promotor do meu desenvolvimento pessoal e profissional, bem como pelos conhecimentos transmitidos e pelo incentivo ao prosseguimento da investigação. Também gostaria de agradecer à Professora Doutora Margarida Henriques pelo seu apoio e orientação.

De seguida, quero agradecer à Susana e à Marina, amigas que resultaram deste projecto, pela enorme entajuda e pela disponibilidade e apoio sempre presentes.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pelo financiamento e ao Instituto de Segurança Social, IP pela aposta neste projecto.

A todos os candidatos e pais adoptivos que participaram neste estudo agradeço o tempo, a disponibilidade e a coloração dispensadas.

Finalmente, gostaria de agradecer o apoio de amigos e família, destacando a minha mãe, a Teresa Santos Silva, o Frederico Ancêde, a Ana Costa Lobo, o Shortino e especialmente o meu pai pela paciência e disponibilidade demonstradas.

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 2 |
| I. Enquadramento teórico | 5 |
| 1.1 Conceito de família adoptiva | 6 |
| 1.1.1 Características dos pais e práticas educativas na parentalidade adoptiva .. | 10 |
| 1.1.2 Características e necessidades dos filhos adoptivos | 11 |
| 1.2 Factores de risco | 14 |
| 1.2.1 Factores de risco associados aos pais adoptivos: Nível de escolaridade e socioeconómico | 14 |
| 1.2.2 Factores de risco associados à criança adoptada | 15 |
| 1.2.2.1 Adopção de fratrias | 15 |
| 1.2.2.2 Adopção de crianças mais velhas | 17 |
| 1.2.2.3 Adopção internacional e de diferentes etnias | 18 |
| 1.2.2.4 Adopção de crianças com necessidades especiais | 19 |
| 1.2.2.5 Impacto do passado e origens da criança na adopção | 20 |
| 1.3 Contacto entre a família adoptiva e biológica | 22 |
| 1.4 Revelação/Comunicação sobre a condição de adoptado à criança | 27 |
| 1.5 O confronto com a infertilidade e a existência de filhos biológicos na adopção ... | 29 |
| II. Metodologia | 31 |
| 2.1 Questões de investigação | 32 |
| 2.2 Metodologia de Investigação | 32 |
| 2.2.1 Participantes | 32 |
| 2.2.2 Instrumento | 33 |
| 2.2.3 Procedimento | 34 |
| III. Resultados | 35 |
| 3.1 Características metodológicas do questionário | 36 |
| 3.1.1 Sensibilidade/poder discriminativo dos itens | 36 |
| 3.1.2 Validade | 36 |
| 3.1.3 Consistência interna | 39 |
| 3.2 Caracterização das ideias e crenças dos adoptantes | 39 |
| 3.3 Análises diferenciais | 40 |
| IV. Discussão dos resultados | 42 |
| V. Conclusão | 52 |
| Referências bibliográficas | 59 |

Introdução

“A adopção nasce dum cruzamento de caminhos que coincidem num desejo e numa disponibilidade. Nesta intersecção encontra-se o desejo de uns adultos terem um filho e a disponibilidade de uma criança em ser adoptada (...). Pode afirmar-se que não houve época histórica em que não tenha havido (...) situações adoptivas” (Palacios, Sandoval & Espinosa, 1996, p. 9).

A adopção é definida como um procedimento legal promulgado para a entrega de uma criança a uma família, “o vínculo que à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas” (artigo 1586 do Código Civil). Além disso é um meio de proteger a criança, proporcionando-lhe uma família prestadora de cuidados adequados e satisfatórios, aos quais a família de origem não conseguiu responder (Mascarenhas & Alarcão, 2002) ou então não pode ou não quis assumir a sua parentalidade. Deste modo, os benefícios da adopção são igualmente partilhados pelos pais adoptivos e biológicos (Barth & Berry, 1991). Sublinhe-se, ainda, que em Portugal “a adopção visa realizar o superior interesse da criança e será decretada quando apresente reais vantagens para o adoptado, se funde em motivos legítimos, não envolva sacrifício injusto para os outros filhos do adoptante e seja razoável supor que entre o adoptante e adoptado se estabelecerá um vínculo semelhante ao da filiação” (artigo 1974 do Código Civil).

Deste modo, devido à sua natureza peculiar continua a ser um tema actual a respeito do qual várias são as controvérsias existentes. É também terreno para a criação de ideias, de crenças¹ e de mitos² diversos. Tal como Brinich (1995) mencionou, a adopção é um elemento central em muitos dos mitos sobre a vulnerabilidade do ser humano, desde a antiguidade (e.g., Édipo e Moisés) até à modernidade (e.g., Tarzan e Super-homem), além de ser, *per se*, usualmente conceptualizada como um factor de risco (Verrier, 1993, *cit in* Feeney, Passmore & Peterson, 2007). Não é comum ao conhecer uma criança que se sabe que é adoptada associá-la ao facto de ter sido rejeitada pelos seus pais biológicos? Não se acaba por criar desde aí um “rótulo” em relação a esta criança (“ela é adoptada”)? Segundo Brinich (1995) o estereótipo dominante na sociedade americana em relação à adopção envolve a associação da criança adoptada ao abandono pela sua família biológica.

Se esta associação é frequentemente traçada pelo senso comum, o é que pensarão então os pais adoptivos da adopção? E aqueles que ambicionam ser pais adoptivos (os

¹ Uma crença é um estado mental que representa o elemento subjectivo do conhecimento e tanto pode ser *verdadeira* como *falsa*. Consubstancia-se como um princípio orientador na vida de cada um, proporcionando significados e direcções e como tal está intimamente associada e ligada à realidade humana.

² “Um mito é o nada que é tudo” (Pessoa, 2007), é a projecção reactiva no espaço social da linguagem e de outras formas sensíveis, de visões fantásticas, de desejos, de terrores, de explicações do universo e da vida, a um primeiro nível directo e imediato, de um modo de apreensão do real e de religação com o mesmo real sem a mediação rigorosamente consciente da filosofia, da ciência ou da teologia (Colaço & Vicente, 1998).

candidatos à adopção) e que ainda não se encontram vinculados a uma criança adoptada? Será então que a parentalidade adoptiva altera a forma de pensar das pessoas em relação à adopção? Tudo indica que sim, apesar de Kaye e Warren (1988) concluírem que, quantos mais problemas uma criança adoptada apresentasse, mais os pais adoptivos os atribuíam à adopção e, conseqüentemente, mais pensavam nos pais biológicos. Desta forma, é objectivo da presente dissertação tentar dar resposta a estas questões ao mesmo tempo que se pretende apurar quais as ideias e crenças existentes nos adoptantes e se a forma de pensar destes é influenciada pela sua escolaridade, género e zona geográfica de residência.

Este estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, integra-se no protocolo de colaboração estabelecido entre o Instituto de Segurança Social, IP e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e tem como objectivo primordial contribuir para delinear um plano de formação para a adopção. O presente estudo com candidatos e pais adoptivos articula-se com o estudo desenvolvido junto dos técnicos das equipas de adopção. Desta forma, com vista ao planeamento da formação a adoptantes, é de extrema importância que os formadores tomem conhecimento das crenças e ideias que os mesmos têm relativamente à adopção. Desmontar, reflectir, debater, informar e reelaborar crenças constituirá um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento de um projecto de adopção. A forma como os pais/candidatos encaram o fenómeno da adopção irá ter necessariamente conseqüências na parentalidade³ adoptiva. Muito do que acontece na relação pais-filho adoptivo depende do modo como a adopção é encarada (Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004). Quando é transmitido a uma criança que ela possui determinada característica, ela tende a agir com esta atribuição que lhe é conferida (Dix, 1993).

Convém salientar, porém, que a parentalidade abrange uma variedade de dimensões, não só pessoais como normativas e situacionais (Cruz, 2005) e, como tal, os processos cognitivos⁴ presentes nos pais não a conseguem explicar na sua totalidade (Sameroff & Feil, 1985), para além de que uma mudança nestes não altera, *per se*, o desenvolvimento do(a) filho(a) e as acções e afectos parentais. Contudo, a análise destes possibilita e facilita a tomada de conhecimento do modo como os pais sentem, actuam e se relacionam com os filhos e da forma como lidam com o contexto social em que o desenvolvimento dos filhos ocorre (Goodnow, 1985). Partindo deste pressuposto, Goodnow (2002) sublinha que, é possível intervir junto das figuras parentais, de forma a apoiá-las na educação parental e na relação que estabelecerão com os seus filhos.

³ Constructo que diz respeito “ao conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade” (Cruz, 2005, p. 13).

⁴ Este conceito engloba diversos constructos como ideias, crenças, valores, atitudes e expectativas (Cruz, 2005).

Apesar de haver uma enorme diversidade de estudos sobre a adopção, não se encontraram, contudo, estudos que explorassem as ideias/crenças dos candidatos/pais adoptivos relativamente à adopção. A maioria dos estudos tenta analisar as necessidades que os pais adoptivos sentem em relação ao processo de adopção, estabelecer comparações entre famílias adoptivas e não adoptivas, a existência ou não de factores de risco à adopção, entre outros, à excepção de um estudo desenvolvido por Smith (1997) onde são exploradas atitudes dos pais adoptivos em relação ao contacto estabelecido entre as famílias adoptiva e biológica. Porém, nesse estudo, os itens do questionário, constituem afirmações feitas na primeira pessoa referentes a atitudes, ao invés do que sucede no questionário da presente dissertação. Deste modo, o presente estudo é inovador no que se refere ao tema e ao instrumento utilizado, apesar dos itens que o constituem se basearem em temáticas desenvolvidas na investigação na área.

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. No capítulo I, será apresentada uma revisão da literatura, em que se fará o enquadramento teórico do trabalho em torno de cinco temáticas que serviram de base para este estudo - o conceito de família adoptiva, os factores de risco associados à adopção, a revelação/comunicação sobre a condição de adoptado, o contacto entre a família adoptiva e a biológica e o confronto com a infertilidade e a existência de filhos biológicos na adopção - contemplando, não só leituras teóricas, como também estudos empíricos realizados no âmbito da adopção. O capítulo II, reservado à caracterização metodológica do estudo, engloba a identificação do objecto de estudo, principais objectivos e hipóteses que lhes estão subjacentes, bem como a descrição da metodologia da investigação, que inclui a caracterização da amostra, o instrumento utilizado e desenvolvido e o procedimento adoptado. No capítulo III, serão exploradas as características psicométricas do instrumento utilizado, tendo por base a análise dos dados, assim como serão expostos os resultados obtidos. Já no capítulo IV, os resultados obtidos serão analisados segundo as hipóteses colocadas e o quadro teórico previamente descrito. Por último, o capítulo V destina-se à apresentação e exploração das conclusões do estudo, bem como das suas limitações e sua contribuição para investigações futuras.

Capítulo I
Enquadramento Teórico

Os estudos existentes sobre a adopção são bastante controversos, nomeadamente no que se refere à consideração ou não da adopção como um factor de risco. As razões para estas divergências devem-se à utilização de metodologias diferentes entre os estudos, para além da ligação entre a adopção e o ajustamento depender duma diversidade de factores biológicos, emocionais, sociais e económicos (Feeney et al., 2007).

1.1 Conceito de família adoptiva

A adopção põe em evidência a família nuclear biológica, um processo que serve para reforçar esta família como a ideal (*“came to mirror the nuclear biological family, a process that served to uphold that particular family as the ideal”*, Balcom, 2006, p. 221).

Kirk foi um dos primeiros autores a reconhecer a necessidade de se definirem diferenças entre as famílias adoptivas e as não adoptivas, referindo que, devido às expectativas sociais de se formar uma família pela via dita “normal”, elas não vão ser teoricamente satisfeitas pela adopção de uma criança (Mateus & Relvas, 2007). Além disso, em 1964, sugeriu que tomar conhecimento das diferenças existentes entre as famílias adoptivas e não adoptivas é crucial para a família adoptiva e para a adaptação dos filhos, enquanto que rejeitar as diferenças seria prejudicial para todos. O processo de se tornar pai/mãe é totalmente distinto para os casais adoptivos e não adoptivos (Santona & Zavattini, 2005). Enquanto que para os segundos este processo é mais fácil por ser alcançado através da gravidez, para os primeiros a transição para a parentalidade envolve diferentes dinâmicas com factores específicos, designadamente, ter um passado de infertilidade ou mesmo de esterilidade⁵; a necessidade de ter que lidar com um longo e complicado processo institucional de avaliações em vários passos; a incerteza da implementação do plano da adopção; a transição para uma parentalidade adoptiva e, ainda, o saber lidar com as características específicas da adopção (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998). Neste sentido, as famílias adoptivas deparam-se com desafios, tarefas e crises que são únicas e totalmente distintas do ciclo das famílias não adoptivas (Brodzinsky & Huffman, 1988 e LePere, 1987) e que afectam a experiência e o curso de vida tanto dos pais como das crianças adoptadas (Gordon, 1997). Estes desafios devem ser vistos num amplo contexto da vida da família (Rosenthal & Groze, 1994).

As famílias adoptivas, para além dos desafios acima enumerados, também se deparam com muitos dos desafios das famílias não adoptivas. É assim imprescindível ter em consideração os aspectos divergentes entre as famílias adoptivas e não adoptivas, bem como os pontos em comum (Rosenthal & Groze, 1994). Contudo, alguns técnicos de

⁵ Enquanto que esterilidade se refere à impossibilidade de fecundação, a infertilidade define-se como a incapacidade de viabilizar um produto de concepção (Sá e Cunha, 1996).

adopção acentuam somente as diferenças entre as famílias adotivas e não adotivas atenuando as semelhanças (Reifler, 2001).

Segundo Grotevant (1997) e Sorosky, Baran e Pannor (1975) alguns pais adotivos insistem nas diferenças entre uma família adotiva e uma não adotiva, excluindo qualquer ponto em comum e atribuem as dificuldades existentes na família, à história prévia à adoção ou ao código genético da criança. Eles perpetuam assim o mito da “má semente” promovendo a ruptura da criança adotada às duas famílias - adotiva e não adotiva - criando assim duas identidades no filho adotivo. Contudo, no estudo de Farber, Timberlake, Mudd e Cullen (2003) os pais adotivos não estavam de uma maneira geral preocupados com a crença existente em relação ao passado do filho, pois a maioria planeava reforçar a expectativa que tinham relativamente ao seu filho.

Enquanto que os pais adotivos bem sucedidos tendem a desenvolver um sentido claro das suas expectativas, a integrar os múltiplos sistemas familiares, assumindo uma clara consciência da existência de diferenças entre a sua família e as famílias não adotivas (Rosenberg & Groze, 1997), os pais que apresentam dificuldades a lidar com a adoção não sabem lidar com a existência de diferenças das suas famílias com as das não adotivas, ou seja, rejeitam a ideia de que as famílias adotivas e não adotivas tenham qualquer diferença (Kirk, 1981). Por outro lado, Brodzinsky (1987, 1990) constatou que nem sempre o padrão de negação das diferenças é um mal, nem, tão pouco, o reconhecimento das diferenças é sempre a melhor estratégia. Desta forma, Fuertes e Amorós (1996) concluíram que a negação das diferenças pode ser uma boa estratégia no início da adoção em que o objectivo principal é o estabelecimento de uma relação de vinculação segura entre a criança e os pais adotivos, enquanto que nos anos seguintes será mais adequado aceitar as diferenças, de forma a permitir uma comunicação aberta sobre a adoção.

A história criada por Wasson em 1939 para os pais contarem aos seus filhos adotivos sobre o facto de terem sido adoptados, desenvolveu o mito do *the chosen baby* onde a criança adoptada é percebida, implicitamente, como sendo “especialmente amada” e os pais adotivos como sendo “especialmente merecedores” da criança adoptada. Simon e Senturia (1966) criticaram esta história, declarando que nela se subentendia que os pais adotivos são como um “prémio de consolação” para a criança. Além disso, é referido que aos pais adotivos foi dada a escolha de uma entre diversas crianças tratando-se de uma crença totalmente distorcida (Brinich, 1995). Segundo Simon e Senturia (1966), estas ideias devem ser desmistificadas, na medida em que ao optar por se dizer à criança que ela foi “a escolhida” a sua primeira reacção poderá ser “porque é que não fui escolhida em primeira instância?”. Consequentemente, acabam por se sentir responsáveis com o que ocorreu nas suas vidas, culpabilizando-se. A verdadeira escolha encontra-se no momento em que os pais adotivos decidem construir a sua família através da adoção (Reifler, 2001).

Mateus e Relvas (2007) levantaram várias questões no que se refere à parentalidade adoptiva em comparação com a biológica, nomeadamente, “Serão os pais adoptivos capazes de substituir os pais biológicos?”, “Não será a parentalidade biológica um pré-requisito para a parentalidade psicológica?”.

De acordo com Kent e Richie (1976) os pais adoptivos sentem que o seu filho não lhes pertence realmente por não ser biológico. 50% dos pais adoptivos de um grande estudo (cf. Evan B. Donaldson Adoptive Institute, 1997, *cit in* Zamostny, Wiley, Lee & Baden, 2003) acreditavam que a adopção era inferior a ter um filho biológico, enquanto que 15% alegavam que era difícil amar uma criança com quem não se têm laços biológicos. A mãe adoptiva apresenta atitudes narcísicas associadas ao facto de não conseguir ter um filho biológico o que acaba por ter efeitos no seu papel de mãe adoptiva (Deutsch, 1945, Pannor & Nerlove, 1977 e Schechter, 1970, *cit in* Fletcher, 1995). Além disso, Brodzinsky, Schechter e Henig (1992) acrescentam que a ligação biológica da criança com os pais adoptivos é uma das perdas vividas na adopção.

A perspectiva psicanalítica defende que as mães adoptivas podem ter dificuldades em desenvolver um afecto próximo ao filho adoptivo (Fletcher, 1995). Enquanto que uma mãe biológica tem um sentimento natural de que o filho é parte dela, a mãe adoptiva sabe e sente que o seu filho é parte de uma outra pessoa (Brinich, 1980). Tal como Blum (1983) referiu, “*blood is thicker than water*” (o sangue é mais denso que a água, p. 143), sugerindo que para muitos pais adoptivos o facto de o filho ter nascido do corpo de outra mulher, pode trazer problemas e complicações à criança. Além disso, aponta que uma relação de sangue entre um filho e seus pais biológicos é sempre mais profunda e “espessa” que uma relação entre um filho e seus pais adoptivos, em que não há relação de sangue (só há de “água”).

Contudo, segundo Hoksberg (1996, *cit in* Mateus & Relvas, 2007) o que determina a parentalidade psicológica num casal é a quantidade e a qualidade de tempo que este dedica ao filho. De facto, a parentalidade biológica é fulcral para o ser humano, mas este aspecto biológico é insuficiente para definir a complexidade da parentalidade: é no exercício da relação parental que se criam as condições para que as relações maternas/paternas se desenvolvam e se intensifiquem (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Os pais adoptivos e as crianças adoptadas têm que libertar-se primeiramente dos “fantasmas” de quererem ter um filho biológico e das fantasias em relação aos pais biológicos, respectivamente, de forma a lidarem com os novos papéis de uma forma mais construtiva (Brinich, 1990). Deste modo, a parentalidade psicológica é possível na adopção, pois não depende de uma ligação de sangue, mas sim de uma relação estabelecida no dia-a-dia entre a criança e os pais. Tal como diz o povo, “parir é dor, criar é amor” (Mateus & Relvas, 2007). Os pais adoptivos mal assumem este papel, sentem uma enorme vinculação e amor pela criança, defendendo que este não é inferior nem superior ao que poderiam sentir por um filho do mesmo sangue.

Estes acreditam que os seus filhos adotivos foram destinados para fazerem parte das suas vidas e que eles foram designados para serem os pais destas crianças (Daniluk e Hurtig-Mitchell, 2003). Gordon (1997) chega mesmo a referir que a qualidade de relação que os pais adotivos desenvolvem com os filhos é mais intensa do que nas famílias não adotivas.

Actualmente, de uma maneira geral os estudos apontam para altos níveis de satisfação dos pais adotivos em relação à adopção (Borders, Penny & Portnoy, 2000; Groothues, Beckett & O'Connor, 1998, McDonald, Propp & Murphy, 2001 e Peláez, 2007). Segundo Kadushin (1970, *cit in* Rosenthal & Groze, 1994), Nelson (1985) e Rosenthal e Groze (1990) 75% ou mais dos pais adotivos mostram-se bastante satisfeitos com a experiência da adopção. A maioria da amostra de Palacios et al. (1996) mostrou-se satisfeita com a adopção e a vida familiar, devendo-se tal em parte à correspondência entre desejos e realidade. Os pais adotivos norte americanos de crianças romenas de um estudo realizado por Groze e Ileana (1996) relataram as suas relações com estas como positivas, na medida em que sentiam que tinham uma boa comunicação, confiança, respeito e proximidade com e por estas. Apesar das famílias adotivas terem altos níveis de satisfação com a adopção, esta satisfação não é indiscriminada, tem antes a ver com as características individuais da criança e com as dinâmicas de cada família em particular (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

Apesar do aumento da aceitação social das diversas formas de família, a adopção continua a ser estigmatizada. Existe um estigma social difundido de que a adopção é a segunda melhor via de aceder à parentalidade (Salvatera & Veríssimo, 2008). Os pais adotivos vêem-se frequentemente obrigados a justificar a sua decisão e, quando anunciam a sua intenção de adoptar, recebem menos apoio da família alargada/amigos do que recebem os não adotivos (Singer, Brodzinsky, Ramsay, Steir & Waters, 1985). Os pais adotivos do estudo desenvolvido por Daniluk e Hurtig-Mitchell (2003) relataram que foram confrontados com comentários que reforçavam a importância dos laços de sangue, desafiando a legitimidade dos seus papéis parentais com o filho adoptivo. Consequentemente, os pais adotivos foram confrontados com a crença de que a parentalidade adoptiva é inferior à biológica. Esta percepção geral de que as famílias não adotivas são mais ajustadas do que as adotivas incute nos pais adotivos o medo de perder a relação com o filho ou o amor deste (Bartholet, 1993; Kadushin, 1980 e Wieder, 1992, *cit in* Gordon, 1997). Contudo, apesar da adopção ser usualmente considerada *per se* pelo senso comum como um factor de risco (Verrier, 1993, *cit in* Feeney et al., 2007), deve ser antes percebida como uma oportunidade de se fornecer estabilidade e assistência para aqueles que, de outra forma, estariam em circunstâncias precárias, não esquecendo que se trata de uma melhor alternativa para as crianças do que a institucionalização

(Palacios & Sánchez-Sadoval, 2005). Além disso, tal como Morris (1999) salientou, não existem famílias perfeitas.

1.1.1 Características dos pais e práticas educativas na parentalidade adoptiva

Tornar-se um pai, seja pela via biológica ou pela adopção, é sempre uma grande transformação na vida de uma pessoa. O stress parental é tipicamente conceptualizado como tendo múltiplos componentes, nomeadamente a satisfação dos pais com as características comportamentais e temperamentais da criança e os recursos emocionais e de capacidade de adaptação ao papel parental (Judge, 2003).

De uma maneira geral os pais enfrentam diversos tipos de stress, devido aos vários desafios com que têm de lidar na parentalidade, tais como: o desenvolvimento familiar; a educação dos filhos; como alcançar a unidade familiar; como promover o crescimento das crianças; saber participar na vida escolar e manter uma segurança financeira. Além disso, os pais adoptivos lidam também com problemas específicos da adopção. Por exemplo, saber quando e como falar aos outros sobre a decisão de adoptar crianças devido à existência de um estigma social acerca da adopção; como e quando contar aos filhos sobre sua situação de adoptados (Farber et al., 2003); terem que lidar com o facto de não poderem ter filhos biológicos e a duração do processo da adopção. Estes factores são os que mais desencadeiam stress nos pais adoptivos (Brodzinsky, 1987). O stress está, neste sentido, sempre presente na parentalidade adoptiva (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006). Enquanto que para alguns pais estes desafios os estimula a resolvê-los de uma forma adaptativa, para outros, desencadeiam stress e contribuem para a deterioração das relações familiares podendo chegar inclusive à ruptura da família (Farber et al., 2003).

A adopção de crianças que foram institucionalizadas desencadeia nos pais adoptivos um enorme stress e exigências psicossociais (Boss, 2002 e McCubbin & Patterson, 1983) sendo os problemas de comportamento dessas, a variável que está mais relacionada com o stress parental (Judge, 2003). A adopção, por ter circunstâncias específicas (e.g., uma institucionalização longa da criança antes de ser adoptada), desencadeia sempre stress nos pais (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005). O stress parental afecta a qualidade da relação com o filho e a satisfação relativamente ao processo educativo (Judge, 2003). Contudo, de acordo com um estudo desenvolvido por Larussa (1995), os pais adoptivos de adolescentes não apresentam maiores níveis de ansiedade e stress que os pais não adoptivos.

Os pais adoptivos têm tendência a ser super-protectores com os seus filhos (Fletcher, 1995) devido a inseguranças sentidas em relação ao papel parental (Humphrey & Ounsted, 1963) e por terem medo que alguém lhes tire os filhos (Sorosky, Baran & Pannor, 1978, *cit in* Kaye & Warren, 1988). De acordo com Rogers (1985, *cit in* Gordon, 1997) a super- protecção nos pais adoptivos reflecte a sua insegurança, culpa, inversão de papéis com os

filhos ou falta de empatia pela criança. Brodzinsky e Huffmann (1988), fazendo uma análise de causa-efeito, referiram que a potencial ansiedade e ambivalência dos pais adotivos em relação às suas competências parentais pode conduzir a problemas de ajustamento nas crianças adoptadas. Um excesso de autoprotecção por parte dos pais, sinónimo de uma enorme ansiedade, despoleta nos filhos diversos efeitos negativos. Pelo contrário, Gordon (1997) concluiu que os pais adoptivos demonstraram ser menos restritivos, ansiosos e super protectores e altamente coesos em comparação com os não adoptivos.

Os pais adoptivos por se sentirem tão satisfeitos e gratos por terem tido um filho, sentem uma grande dificuldade em exercer autoridade e disciplina, essenciais para o bem-estar dele e toda a família, apesar de nutrirem por ele um enorme afecto (Melina, 1994, *cit in* Mateus & Relvas, 2007). De acordo com Gordon (1997), os pais adoptivos demonstram ter grandes níveis de dependência e de afeição, assim como aparentam ser mais permissivos, para além dos próprios se considerarem menos autoritários e punidores em comparação com os pais não adoptivos (Bohman, 1970, *cit in* Gordon, 1997).

Em Portugal, foi desenvolvido um estudo (Cardoso, 2008), onde se estabeleceram comparações entre pais adoptivos e não adoptivos portugueses no que se refere às estratégias disciplinares e aos afectos parentais. Destaca-se o facto de os pais adoptivos terem recorrido mais frequentemente que os pais não adoptivos a estratégias disciplinares positivas e com menos frequência a acções disciplinares negativas. Segundo esta autora, o processo de adopção de que os pais foram candidatos poderá ter despertado a reflexão e discussão acerca dos modelos educativos mais adequados a transmitir a um filho o que de certo modo poderá explicar estas diferenças entre pais adoptivos e não adoptivos.

Ao contrário destes estudos, Borders, Black e Pasley (1998) não encontraram quaisquer diferenças entre os pais adoptivos e os não adoptivos. Cardoso (2008), por ter constatado que existem escassas diferenças entre pais adoptivos e não adoptivos, concluiu que existem similitudes entre ambos os tipos de parentalidade, independentemente da existência ou não de laços sanguíneos.

1.1.2 Características e necessidades dos filhos adoptivos

Existe um enorme estereótipo em relação às crianças adoptadas associando-as a todo tipo de problemas. As crianças adoptadas são usualmente consideradas pelos outros como um “grupo problemático” (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005), havendo assim uma crença geral da existência de um “síndrome da criança adoptada” (Kirschner & Nagel, 1988), definido como um conjunto de condutas desadaptativas que afectam as relações afectivas (falta de apego significativo, sentimento de vazio, entre outros), as relações sociais (conduta anti-social, tendência para mentir, o roubo) e o rendimento escolar (dificuldades de aprendizagem, repetições de ano, entre outros) (Palacios et al., 1996).

A literatura, de uma maneira geral indica que as crianças adoptadas, comparando-as com as não adoptadas, manifestam mais problemas e dificuldades de adaptação, nomeadamente na escola, com uma enorme incidência de problemas psicológicos, de incompetências sociais, afectivas, de aprendizagem e de comportamento (Brodzinsky, Schechter, Braff & Singer, 1984; Kirschner & Nagel, 1988 e Lindholm & Touliatos, 1980) e que apresentam maiores problemas desenvolvimentais (Beckett et al., 2006 e Morison, Ames & Chisholm, 1995). Os problemas de comportamento são de uma natureza externalizadora que inclui a hiperactividade, a impulsividade e problemas de atenção. Verhulst, Althaus e Versluis-den Bieman (1990) compararam crianças adoptadas com as não adoptadas e concluíram que as primeiras apresentam mais problemas de conduta, nomeadamente de hiperactividade e agressividade, principalmente entre os 12 e os 15 anos de idade. Os problemas relacionados com a hiperactividade são as principais preocupações dos pais adoptivos o que parece coincidir com o problema de maior incidência nas crianças adoptadas (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005). Palacios (2007) salienta, porém, que a maioria das crianças adoptadas não apresenta problemas clínicos de conduta, mas a proporção daqueles que apresentam é superior à que se encontra na população infantil em geral.

A auto-estima (*global self worth*) é considerada como sendo um dos principais alicerces para um desenvolvimento saudável do *self* (Harter, 1999) sendo definida como a percepção do valor que cada um atribui a si próprio (Coopersmith, 1967, *cit in* Fletcher, 1995). Segundo Lanz, Iafrate, Rosnati e Scabini (1999) e Passmore, Forgarty, Bourke e Baker-Evans (2005) existe uma maior prevalência de baixa auto-estima entre as crianças adoptadas do que entre as não adoptadas. A renúncia por parte dos pais biológicos tem um impacto negativo na auto-estima da criança adoptada (Nickman, 1985). O facto de se ser adoptado pode complicar *per se* o desenvolvimento da auto-imagem e da auto-estima do sujeito (Brodzinsky, 1992). As crianças adoptadas, ao percepcionarem as diferenças existentes entre os membros das suas famílias adoptivas e elas próprias, tendo em conta o temperamento e escolaridade, auto-avaliam-se negativamente (Tieman, Van der Ende & Verhulst, 2005). Por outro lado, Hollingsworth (1997) mencionou que a existência de uma baixa auto-estima nas crianças adoptadas é mais predominante nos estudos feitos com base nos relatos dos pais adoptivos do que nos de auto-relato. Juffer e van IJzendoorn (2007) através de uma vasta revisão bibliográfica concluíram que não existem quaisquer diferenças de níveis de auto-estima entre os adoptados e os não adoptados e que a adopção pode ser vista como uma intervenção efectiva para uma auto-estima normativa.

Um enfoque de algumas investigações é determinar se existem diferenças entre os adoptados e os não adoptados no que diz respeito à procura de acompanhamento psicológico, constatando que subsiste uma maior probabilidade do primeiro grupo recorrer a

este tipo de ajuda do que o segundo (Palacios et al., 1996). Adicionalmente, Warren (1992) através do seu estudo concluiu que as crianças e os adolescentes adoptados tiveram com mais frequência tratamento clínico. Contudo, contrariamente ao mito de que os adoptados apresentam mais problemas, a excessiva representação no atendimento clínico não é somente atribuída a este mito. Ao invés, os adoptados são levados ao acompanhamento psicológico mais frequentemente quando apresentam problemas reduzidos e menos graves (Warren, 1992) e mais precocemente que os não adoptados (Weiss, 1985). Quanto mais problemas um filho adoptado apresentar, mais provavelmente a família os atribuirá ao facto de ser adoptado (Kaye & Warren, 1988). A tendência de levar os adoptados com mais frequência a tratamento clínico/psicológico/psiquiátrico deve-se em grande parte à crença de que estes se encontram em risco (Warren, 1992).

Warren (1992) aponta diversas razões para este facto suceder, a saber: os sistemas familiar e extra-familiar (e.g., pais, professores e médicos) percebem tendencialmente o adoptado como estando em risco de apresentar problemas e, como tal, mais rapidamente identificam problemas reduzidos como indicadores da necessidade de tratamento; quando surgem problemas neste, a família pode experienciá-los como mais disruptivos para a sua identidade como família do que se surgissem em filhos biológicos e por último, a família adoptiva orienta-se pelas informações sobre criança fornecidas pelos serviços de adopção.

Enquanto que Versluis-den Bieman e Verhulst (1995) constataram que os pais adoptivos afirmam que os seus filhos têm mais dificuldades do que os próprios filhos referem, Groze e Ileana (1996) demonstraram que os pais adoptivos mencionaram que os seus filhos não aparentam ter problemas. Neste estudo, a maioria das famílias revelou que os problemas das crianças adoptadas, incluindo os de saúde, não eram conformes com o que os serviços de adopção descreviam.

Porém, Borders et al. (1998) não encontraram quaisquer diferenças entre as crianças adoptadas e não adoptadas. No estudo de Brodzinsky, Schechter, Braff e Singer (1984) a maioria do grupo dos adoptados encontrava-se dentro da média no que diz respeito às competências sociais, à performance escolar e à auto-estima. Além disso, Sharma, McGue e Benson (1998) referem que as crianças adoptadas, apesar de terem pior desempenho nalgumas áreas, noutras porém, têm melhor performance que as crianças não adoptadas. Os resultados do estudo de Palacios et al. (1996), que compararam as crianças adoptadas com outros grupos de controlo, designadamente, os colegas da turma da escola, as crianças da sua zona de origem e as crianças institucionalizadas, revelam que esta amostra se aproxima bastante da não adoptada, não havendo por isso grandes discrepâncias entre os dois grupos. Só quando se trata de crianças que tenham tido uma história prévia à adopção

mais complicada e quando se falam das “adopções especiais”⁶ poderá fazer algum sentido falar-se neste “síndrome da criança adotada”, apesar de esta conotação não ser adequada. Paralelamente, Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) mencionaram no seu estudo, que as crianças adoptadas, pelo menos aquelas que foram adoptadas entre a nascença e um ano de idade, estavam bem integradas tanto na escola, como nas suas famílias, demonstrando assim, um bom ajustamento psicológico. Todavia, à medida que aumentava a idade em que as crianças eram adoptadas a presença de problemas de ajustamento também aumentava.

1.2 Factores de risco

O conhecimento da existência de factores de risco pode auxiliar a tomada de decisões dos serviços de adopção no que se refere ao futuro de uma criança, mas não deve ser utilizado para excluir famílias candidatas à adopção (Barth & Berry, 1991). Além disso, este conhecimento sensibiliza a importância da procura de estratégias que previnam a disrupção⁷ na adopção. Os Serviços de Adopção após o encaminhamento de uma criança para uma determinada família devem continuar a apoiar a família, especialmente nos casos em que existem factores de risco, sendo este apoio dado no terreno (na casa da família). Este auxílio à família adoptiva que se encontra em “apuros” deve ir para além do aconselhamento sobre a adopção e incluir um amplo leque de apoios educacional, social, financeiro e recreativo (Barth, Berry, Yoshikami, Goodfield & Carson, 1988).

1.2.1 Factores de risco associados aos pais adoptivos: Nível de escolaridade e socioeconómico

Vários estudos sugerem que a elevada escolaridade dos pais adoptivos constitui risco de insucesso da adopção, por estes apresentarem expectativas mais altas em relação ao filho, carecendo por vezes de flexibilidade em ajustá-las às características propriamente ditas da criança. Além disso, a criança acaba por encontrar uma maior congruência entre o seu passado e presente quando a sua família adoptiva tem uma escolaridade mais baixa (Berry, 1992; Berry & Barth, 1989; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal, Schmidt & Conner, 1988 e Tizard, 1994). Mesmo que a família com escolaridade elevada não valorize o desempenho académico, acaba sempre por indevidamente existir pressão por parte da comunidade envolvente na criança adoptada que apresente poucos talentos ou interesses académicos (Rosenthal & Groze, 1990).

⁶ Por “adopções especiais” entende-se, de acordo com Palacios, Sandoval e Espinosa (1996), aquelas crianças que se encontram em situação de ser adoptadas tendo vários irmãos, que têm algum tipo de deficiência ou de doença ou que têm uma idade superior aos seis/sete anos.

⁷ Todas as adopções que terminam com o retorno da criança ao Serviço de Adopção (Barth et al., 1988). Em Portugal, entre 2005 e 2008 o número de disrupções na adopção foi cerca de 80. Sublinhe-se que estas situações referem-se a processos de pré-adopção (Trigueirão, 2009).

Na amostra do estudo de Barth e Berry (1991) existe uma associação entre escolaridade dos pais adotivos e a interrupção: 26% das adoções por pais como uma licenciatura terminaram; 19% das adoções por pais que frequentaram a faculdade findaram; 11% dos pais com o ensino secundário terminaram e não houve interrupção nas adoções por famílias com habilitações académicas inferiores ao ensino secundário. Além disso, os pais provenientes de uma classe social mais elevada muitas vezes expressam mais insatisfação e dificuldades em se ajustarem a uma criança adoptada com necessidades especiais, do que pais provenientes de classes sociais mais baixas (Rosenthal & Groze, 1990). No contexto português Cardoso (2008) evidenciou uma associação entre o maior número de anos de escolaridade dos pais adotivos e um relacionamento mais negativo com os filhos adotivos e uma menor evocação de sentimentos positivos. Tal resultado deriva, na perspectiva da autora, da associação entre a maior escolaridade e a maior exigência educativa, no que se refere à correcção de eventuais comportamentos inadequados que a criança manifeste aprendidos previamente à adopção. Tal esforço poderá influenciar, em alguma medida, o relacionamento e a evocação de emoções menos positivas.

Pelo contrário, Zwimpfer (1983) concluiu que as adoções terminam com maior frequência entre pais adotivos de um nível económico mais baixo e que os pais com mais possibilidades monetárias têm mais capacidades de resolver problemas que possam surgir na adopção. Contudo, Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) sublinham que, por existir uma maior percentagem de pais com menor escolaridade a adoptar crianças com problemas de comportamento mais severos, o risco de insucesso da adopção se torna maior nestas famílias.

1.2.2 Factores de risco associados à criança adoptada

Existem determinadas características das crianças adoptadas que estão associadas com resultados futuros negativos de adopção, nomeadamente, ser mais velha quando adoptada, apresentar problemas de comportamento e dificuldades emocionais e/ou psicológicas, ter passado por vários acolhimentos ou ter tido uma história de abuso ou negligência no seu passado (McDonald, Lieberman, Partridge & Hornby, 1991; Reid, Kagan, Kaminsky & Heimer, 1987 e Rosenthal & Groze, 1990).

1.2.2.1 Adopção de fratrias

É reconhecido, de uma forma geral, que as relações entre irmãos são extremamente importantes, fundamentalmente quando a ligação com os pais é rompida (Carney, 1976, *cit in Ward, 1978*).

Os estudos que se referem à satisfação na adopção por parte da família relativamente à adopção de um grupo de irmãos são contraditórios, pois uns defendem que esta é maior

enquanto que outros afirmam ser menor (Palacios et al., 1996 e Rosenthal & Groze, 1990). Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) verificaram que a adoção de uma só criança parece trazer maior satisfação do que a adoção de uma fratria. Enquanto Schmidt (1986, *cit in* Hegar, 2005) concluiu que separar irmãos implica menor estabilidade, Benton, Kaye e Tipton (1985, *cit in* Hegar, 2005), Boneh (1979, *cit in* Hegar, 2005), Kadushin e Seidl (1971) e Rosenthal (1993) referiram que adotar irmãos juntos é um factor que desencadeia a interrupção da adoção.

Por outro lado, Hegar (2005) através de uma revisão bibliográfica apurou que adotar irmãos juntos é tão ou mais estável do que adotar uma só criança ou separar irmãos e que estas crianças ficam tanto ou mais satisfeitas quando são adoptadas pela mesma família. De acordo com Staff e Fein (1992) as crianças que são colocadas na mesma família de acolhimento que os irmãos permanecem com uma maior probabilidade nesta (56%) do que aquelas que são colocadas separadamente (38%).

Boer e Spiering (1991) após a análise de vários anos de adoções de fratrias constataram que 31% delas terminaram. Apesar disso, as razões para a interrupção não estavam relacionadas com facto de se tratar de uma adoção de irmãos mas sim devido às características individuais e específicas da criança, nomeadamente problemas de comportamento ou então quando a(s) criança(s) foram adoptada(s) com 15 anos ou mais de idade (Barth & Berry, 1991). Deste modo, faz sentido afirmar que a adoção de uma fratria não tem qualquer efeito no êxito/fracasso do processo adoptivo (Palacios et al., 1996).

A adoção de uma fratria é, muitas maneiras, semelhante às outras adoções, particularmente no que se refere ao processo de arranjar pais para as crianças e, depois, encaminhá-las à casa dos pais adoptivos. A única diferença, porque uma só criança não está incorporada num grupo, trata-se de dois grupos a emergirem. Além disso, os irmãos acabam por trazer muitas memórias das relações passadas, podendo tal ser ou não suportável para a família adoptiva. Os pais são, assim, confrontados com dois problemas: o repentino fluxo de pessoas para casa, resultando no aumento de trabalho e na necessidade de prestar atenção a cada filho especificamente e a ocorrência de pressões entre os dois grupos e de todas as possibilidades de conflito (Ward, 1978).

Existem três grandes crenças em relação a adoção de fratrias que necessitam de ser clarificadas, nomeadamente, (1) o mito de que a família não pode ser demasiado grande, pois apesar de nestes casos os pais terem que dividir a atenção e o tempo por todos os filhos, os próprios irmãos podem ajudar-se, apoiando-se e estimulando-se entre si, completando o “trabalho” dos pais; (2) a crença de que o filho mais velho deve continuar a ser o mais velho e (3) a ideia de que uma família não deve ter duas crianças muito próximas em termos de idade, apurando-se que o que é de facto mais importante é o desenvolvimento emocional e não o cronológico (Ward, 1978).

As diversas situações de crianças existentes no Serviço de Adopção tornam demasiado desafiante a tentativa de que as crianças sejam adoptadas com os seus irmãos (Hegar, 2005). Neste sentido, é importante ressaltar que os técnicos da adopção devem estar preparados instrumentalmente para formar grandes famílias (Ward, 1978) e reconhecer o pressuposto da vantagem de manter os irmãos juntos na adopção (Hegar, 2005).

Concluindo, colocar os irmãos juntos na mesma família é considerado mais favorável, apesar de estar associado à situação de disrupção da adopção (Barth et al., 1988).

1.2.2.2 *Adopção de crianças mais velhas*

À medida que a idade de uma criança para adoptar aumenta, a ocorrência de problemas de adaptação também tende a aumentar (Berry & Barth, 1990 e Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005). E quanto mais velha for a criança quando é adoptada maior é o risco de insucesso na adopção (Berry, 1992; Berry & Barth, 1989; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal et al., 1988 e Tizard, 1994). Além disso, segundo Rosenthal e Groze (1990), o grau de satisfação da família diminui à medida que a idade de chegada da criança aumenta.

Cerca de 10% das adopções, em que as crianças foram adoptadas com a idade igual ou superior a três anos, finalizaram (Rosenthal & Grooze, 1994). Transversalmente Barth e Berry (1991) concluíram que entre os três e os cinco anos de idade 5% das adopções finalizaram; entre os seis e os oito anos, 10% das adopções findaram; entre os nove e 11 anos a percentagem foi de 17.1%; entre os 12 e os 14 anos a percentagem de disrupção foi de 22% e entre os 15 e os 18 anos de idade, 26% das adopções terminaram. Estes dados evidenciam que à medida que a idade em que uma criança é adoptada aumenta, a disrupção na adopção também aumenta. Ressalva-se ainda que 76% das crianças mais velhas da amostra do estudo de Barth e Berry (1991) apresentaram pelo menos um problema clínico. Enquanto que a maioria dos rapazes demonstrava ter problemas de agressividade, delinquência, hiperactividade, imaturidade e de natureza obsessivo-compulsiva, as raparigas apresentavam com maior facilidade problemas de hiperactividade, depressivos e nas relações sociais. Porém, se as famílias adoptivas dispenderem paciência, energia e tempo para estar com o filho, as adopções de crianças mais velhas podem ser bem sucedidas (Barth & Berry, 1991).

Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) referem que a diferença de idades na fase da adopção de uma maneira geral tende a não influenciar os padrões desenvolvimentais de adaptação da criança. O critério fundamental, mais do que a idade *per se*, é o facto da história da criança estar marcada por experiências negativas e destas se prolongarem no tempo: normalmente vão-se acumulando umas sobre as outras e consequentemente as necessidades passam a ser maiores e mais prolongadas (Palacios, 2007). Estas

experiências negativas são representadas pela permanência das crianças nas instituições por um tempo considerável, e pela existência de variadas histórias que incluem abuso ou negligência e que frequentemente abrangem problemas parentais de abuso de substâncias ou de doenças mentais. Paralelamente afectam o comportamento da criança e a sua compreensão da vida de uma família e, por isso, têm um impacto negativo no seu ajustamento à adopção. Estas dificuldades acarretam uma maior tendência da adopção de uma criança mais velha vir a finalizar (Barth & Berry, 1991).

Mau grado a lei, os adolescentes são raramente considerados para adopção (Berry & Barth, 1990). Olsey (1984) refere que logo que uma criança chega aos oito anos de idade, os técnicos de adopção raramente a propõem para a adopção, por existir uma associação entre o aumento da idade e o aumento de insucesso na adopção (prevalência de problemas emocionais e comportamentais). Contudo, realça-se que a adopção é sempre mais vantajosa do que manter uma criança numa instituição (Barth & Berry, 1987), independentemente da sua idade. A adopção estabelece uma casa permanente na qual a criança pode crescer e uma família que a criança pode recorrer para a apoiar ao longo da sua vida (Barth & Berry, 1988, *cit in* Barth et al., 1988) e trata-se, quando bem sucedida, da intervenção mais completa e vantajosa de todos os serviços envolvidos nestes processos (Barth et al., 1988 e Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005).

1.2.2.3 *Adopção internacional e de diferentes etnias*

Nos anos 60, nos Estados Unidos, o padrão da composição das famílias era homogéneo no que concerne à etnia. Este era expresso em leis e expectativas de forma a emparelhar a naturalidade, a raça e a etnia da criança à dos pais adoptivos (Ishizawa, Kenney, Kubo & Stevens, 2006). No Reino Unido as adopções de crianças de outras raças não são apoiadas por causa dos potenciais efeitos prejudiciais destas (Gill & Jackson, 1983 e Simon & Altstein, 1996, *cit in* Juffer & van Ijzendoorn, 2007).

Actualmente, em muitos dos países, a adopção internacional tem vindo a ser um método comum de formação de uma família⁸, devido ao número de pais com o intuito de adoptar ter vindo a aumentar e o número de crianças disponíveis para a adopção ter vindo a diminuir (Ishizawa et al., 2006). Apesar de alguns pais demonstrarem flexibilidade na sua vontade de adoptar uma criança de diferente origem cultural ou racial, muitos deles preferem que haja similaridade com as tradições das suas famílias (Farber et al., 2003).

A Convenção de Haia, relativa à protecção das crianças e à cooperação em matéria de adopção internacional, redigida a 29 de Maio de 1993, entrou em vigor em Portugal a 1 de Julho de 2004, reconhecendo-se que a “adopção internacional pode apresentar a vantagem de dar uma família permanente a uma criança que não encontra uma família conveniente no

⁸ No entanto em Portugal a adopção internacional ainda é pouco frequente.

seu Estado de origem”. Nos últimos seis anos, em Portugal, somente 53 crianças estrangeiras foram adoptadas por portugueses e 35 crianças portuguesas foram adoptadas por estrangeiros. Sublinhe-se que só são encaminhadas para a adopção internacional as crianças que não encontrem candidatos adoptantes em Portugal (Miranda, 2009).

As crianças adoptadas internacionalmente ou de diferentes etnias poderão sentir-se pouco integradas nas suas famílias e respectiva cultura devido à sua diferente aparência e origem étnica, resultando possivelmente numa baixa auto estima. Estas podem sentir-se fora de casa noutro ambiente cultural, nacional ou étnico (Hollingsworth, 1997). Além disso, podem não aguentar as exigências académicas ou necessitar de tratamento para os seus problemas de aprendizagem ou de comportamento (Mul, Oostdijk & Drop, 2002). Tal como Brodzinsky et al. (1992) afirmam, ser adoptado pode complicar o desenvolvimento da auto-estima, especialmente quando não se é “parecido” com os seus pais. Esta ausência de parecença é um factor comum nas adopções internacionais e de diferentes etnias, para além de serem culturalmente visíveis (Melosh, 2002). Deste modo, Brodzinsky et al. (1992) levantaram a hipótese de que a criança adoptada poderá ter problemas no seu auto conceito, além de ser desconfortável não ser parecido com os seus pais adoptivos. Neste sentido, os pais adoptivos e os técnicos da adopção tentam manter um *racial matching* entre a criança e a família adoptiva como forma de manutenção da fronteira existente entre culturas diferentes e de prevenir receios de transgressão associados à adopção (Berebitsky, 2000, *cit in* Balcom, 2006 e Melosh, 2002).

Contudo, convém salientar que nem todas as crianças que vêm de adopções internacionais procedem de culturas completamente alheias à ocidental e nem em todos os casos existem diferenças étnicas salientes (Palacios, 2007). Além disso, Juffer e van Ijzendoorn (2007) não encontraram diferenças de auto-estima entre adoptados de diferentes etnias relativamente aos pais e adoptados com a mesma raça. Segundo Palacios et al. (1996) o facto de se tratar de uma adopção internacional ou de uma criança de outra etnia ou cultura não tem qualquer efeito no êxito/fracasso no processo adoptivo.

1.2.2.4 *Adopção de crianças com necessidades especiais*

No início do século XX as crianças com um atraso no desenvolvimento, com uma hereditariedade biológica desconhecida ou com alguma patologia tinham características consideradas como sendo de risco para adopção (Melosh, 2002).

No estudo de Barth e Berry (1991), a disrupção na adopção foi mais abundante entre crianças com problemas emocionais (16% *versus* 8%), com problemas de comportamento (21% *versus* 9%) e com um atraso mental (23% *versus* 10%), mas não entre as crianças com uma deficiência física ou com uma doença somática. Enquanto que os problemas de desenvolvimento podem predizer a disrupção na adopção, mas somente num grau limitado

(Rosenthal et al., 1988), os problemas emocionais e de comportamento predizem fortemente a disrupção na adopção (Reid et al., 1987; Rosenthal et al., 1988 e Sack & Dale, 1982). Assim sendo, as crianças adoptadas com necessidades especiais implicam mudanças ao nível de funcionamento da família, nas relações pais-filho, na performance na escola e na percepção do impacto da adopção na família (Rosenthal & Groze, 1994). Contudo, diversos estudos salientam que a satisfação é muito alta nas famílias adoptivas de crianças com necessidades especiais (Glidden, 1991; Groze, 1996; Marx, 1990 e Nelson, 1985). No estudo de Rosenthal e Groze (1990) 75% dos pais adoptivos relataram que a adopção de uma criança com necessidades especiais teve um impacto positivo na família.

1.2.2.5 *Impacto do passado e origens da criança na adopção*

Feeney et al. (2007) com base nos padrões de vinculação⁹ desenvolvidos por Ainsworth, concluíram que o padrão inseguro¹⁰ é mais comum entre os adoptados do que entre os não adoptados, por terem sentido rejeitados ou abandonados pelos pais biológicos (Brodznisky, 1990 e Jones, 1997). A criança ao separar-se dos seus pais biológicos pode experienciar padrões ansiosos por não ter alguém a quem se possa vincular. Estas separações simbolizam lutos de extrema intensidade tendo por isso um impacto negativo na relação com os pais adoptivos. Posteriormente, a criança parece ter recuperado a sua perda, mas acaba por adquirir um mecanismo de defesa, com medo de ser rejeitada novamente, evitando um contacto profundo com os pais adoptivos (Bowlby, 1978).

De acordo com a perspectiva psicanalítica, os pais adoptivos receiam os efeitos negativos da hereditariedade genética nos seus filhos tendo consequências prejudiciais nos comportamentos parentais (Deutsch, 1945, Pannor & Nerlove, 1977 e Schechter, 1970, *cit in* Fletcher, 1995). Devido à ausência de informação fornecida aos pais que contrariem esta crença, estes tendem a assumir que o filho adoptivo possui a hereditariedade genética da sua mãe biológica, que foi irresponsável, impulsiva, onde faltou o auto controlo necessário para prevenir uma gravidez indesejada. Face a tentativas normais de assertividade e de independência na criança adoptada os pais adoptivos demonstram um receio de que o filho esteja a evidenciar traços negativos da sua mãe biológica (Fletcher, 1995).

As dificuldades de adaptação psicossocial dos adultos adoptados são muitas vezes justificadas pelo facto destes terem vivido experiências negativas anteriores à adopção (Seglow et al., 1972, *cit in* Gordon, 1997) e pela hereditariedade genética (Bohman, 1972 e Loehlin, Willerman & Horn, 1982).

⁹ A vinculação é um “processo” que fornece continuamente às crianças uma sensação de segurança facilitando-lhes a exploração de tudo que as circunda (Ainsworth, Blehar, Waters e Wall, 1978 e Sroufe e Waters, 1977).

¹⁰ Segundo Ainsworth, dentro deste padrão existe o ansioso-ambivalente - níveis elevados de ansiedade e baixos de evitamento (crianças que se mostram ansiosas, mesmo na presença da mãe, ficando muito perturbadas aquando da sua ausência e no seu regresso são dificilmente confortadas) e o evitante - níveis baixos de ansiedade (crianças que aparentam ser muito autónomas, não demonstrando perturbação na separação da mãe) e níveis alto de evitamento na relação com os outros (Costa, 2005).

Berman e Bufferd (1986) referem que os pais adotivos, de uma maneira geral, sentem a necessidade de serem pais perfeitos e, devido às experiências vivenciadas pela criança anteriores à adoção, compensam excessivamente os filhos adotivos para provar que são bons pais (Rautenan, 1959). Por outro lado, mal a criança sabe que é adotada, pode “testar” os seus pais adotivos a fim de assegurar que é realmente querida e desejada (MacIntyre, 1990). Desta forma, segundo Brodzinsky et al. (1992) e Juffer (2006) os adotados têm que aprender a saber lidar com as dificuldades de não encontrarem qualquer parentesco genético e semelhanças com os seus pais adotivos.

Diversos estudos sublinham que o facto de uma criança ter sido adoptada previamente e ter sido devolvida ou ter passado por diversos tipos de acolhimento pode dar origem à interrupção de uma futura adopção (Berry, 1992; Berry & Barth, 1989; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal et al., 1988 e Tizard, 1994). As crianças ao viverem em diversas casas durante vários anos acabam por assimilar uma mensagem: “não invistas e não confies nos outros”, o que acaba por ser uma experiência traumática e de pouca estabilidade para si (Hassol & Hassol, 1979). Deste modo, Tizard (1978, *cit in* Hassol & Hassol, 1979) advoga que esta experiência deve ser sobretudo considerada pelos técnicos que trabalham na adopção devido aos efeitos a longo prazo que esta provoca. Quando as crianças são mais crescidas e já têm desenvolvidos sentimentos de pertença com outra família, quando sofreram abusos ou maus-tratos ou quando tiveram múltiplos prestadores de cuidados, a formação dos laços com uma nova família adoptiva pode ser mais difícil uma vez que podem ter desenvolvido sentimentos de desconfiança face às figuras parentais (Palácios & Rodrigo, 1998).

A criança ao passar por uma pré-adoção falhada pode sofrer consequências negativas (Groze, 1986 e Kagan & Reid, 1986), podendo tal estar intimamente relacionado com a disrupção de futuras adopções (Barth & Berry, 1991).

Os resultados do estudo desenvolvido por Rosenthal e Groze (1990) revelaram que, se uma criança tiver passado por uma família de acolhimento¹¹, deve ser adoptada por esta. A oportunidade dos pais e da criança se conhecerem antes da adopção parece ser importante para o sucesso destas adopções.

Através de uma revisão bibliográfica, Rosenthal (1993) reuniu os factores preditivos da disrupção da adopção, entre eles, uma informação inadequada do passado da criança dada aos pais, expectativas pouco realistas dos pais adoptivos, história de abuso físico, particularmente sexual antes da adopção e a criança ter tido um percurso com vários acolhimentos. McDonald et al. (1991) defendem que a disrupção na adopção está relacionada com o número de acolhimentos, o tempo na família de acolhimento e uma

¹¹ Destinam-se a “acolher, temporária e transitoriamente, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função educativa” (artigo 1, do Decreto-Lei nº 190/92 de 3 de Setembro).

anterior adopção mal sucedida que, conseqüentemente, estão associados às experiências de vida da criança, que estão de certo modo sob controlo dos Serviços de Adopção¹².

O marcado contraste das experiências prévias e posteriores à adopção introduz nas crianças adoptadas experiências vitais infantis de uma descontinuidade profunda, dificilmente encontrada em crianças não adoptadas (Palacios, 2007).

Concluindo, a disrupção na adopção ocorre menos frequentemente do que aquela que é apontada: tal se poderá dever ao facto dos técnicos dos serviços de adopção poderem estar a emparelhar os pais adoptivos com as crianças com uma maior habilidade e cuidado (Barth et al., 1988). Além disso, estes autores sublinharam que os candidatos à adopção devem tomar conhecimento e ter consciência dos efeitos dos problemas das crianças na disrupção da adopção, principalmente nas situações em que estas passaram por adopções falhadas.

1.3 Contacto entre a família adoptiva e a biológica

A procura das suas origens por parte do adoptado, nomeadamente, conhecer a sua família biológica, as suas raízes geográficas e as histórias do seu passado (Mateus & Relvas, 2007), assume uma extrema importância para a construção da sua história pessoal (Palacios, 2007). Este desejo não implica que o adolescente adoptado pretenda abandonar a sua família adoptiva, mas simplesmente que tenciona unir as várias partes integrantes da história da sua vida. Só assim é que conseguirá dar continuidade ao percurso de construção da sua própria identidade (Mateus & Relvas, 2007).

Todavia, este conceito é muito mais complexo e rico do que um simples propósito dos adoptados procurarem os seus pais biológicos (Palacios, 2007), existindo assim dois tipos de procura: a *interna* e a *externa* (Irhammar & Cederblad, 2000, *cit in* Palacios, 2007). A primeira afecta muito provavelmente todos os adoptados e tem a ver com auto-reflexões sobre as razões de terem sido adoptados, se têm ou não irmãos biológicos, entre outros. Esta “procura” está relacionada com a descoberta das perdas que vivenciam e vai-se intensificando com o começo dos anos escolares e com o início da adolescência. Por outro lado, a *procura externa* refere-se ao desejo de saber, à necessidade de obter informação e de reconstruir desde o início todas as “peças do puzzle” da sua história pessoal, sendo uma tarefa típica da adolescência e juventude. Quando se tornam adultos acabam também por ter uma *procura activa*, com vontade de se encontrarem com os pais biológicos ou outros membros da família (e.g., irmãos) (Palacios, 2007).

¹² Em Portugal todo esse passado das crianças é gerido por organismos independentes dos Serviços de Adopção que intervêm na tomada de decisões que constituem o projecto de vida das crianças - os Serviços de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens em Risco (as EMAT e as CPCJ), para além de também poder ser regulado pelos tribunais.

Um dos maiores medos dos pais adoptivos do contacto¹³ com a família biológica é que esta lhes tire o filho (Belbas, 1987). Porém, no estudo de Farber et al. (2003) os pais adoptivos demonstraram ter reduzido o medo de perder a criança adoptada para os pais biológicos e começaram a explorar a quantidade de contacto que gostariam de ter com estes. Além disso, as crianças que mostram interesse na sua família de origem têm pais que se encontram mais abertos e comunicativos nas suas ideias relativamente à adopção (Brodzinsky, 2005).

Segundo Fletcher (1995) o contacto entre os pais adoptivos com a família biológica deveria estar relacionado positivamente com a adaptação da criança. Quando não existe este contacto, os pais adoptivos não têm qualquer conhecimento sobre a família biológica, acabando por assumir o pior acerca dela, considerando que os membros integrantes desta família são promíscuos e impulsivos. Consequentemente, acabam por perceber negativamente a criança adoptada, como reflexo da hereditariedade genética da sua família de origem (Pannor & Baran, 1982). Paralelamente, o contacto entre as mães adoptivas e biológicas poderá modificar a imagem das primeiras em relação às segundas, deixando de serem vistas como “mulheres imorais” por terem abandonado os seus filhos, passando a ter uma percepção mais realista delas como sendo “mulheres comuns” que amam muito os seus filhos e que nada fariam para perturbar a família adoptiva (Chapman, Dorner, Silber & Winterberg, 1987), produzindo assim empatia pelos pais biológicos (Belbas, 1987; Grotevant & McRoy, 1997; Neil, 2000, *cit in* Wolfgram, 2008 e Sykes, 2000).

O contacto ao vivo entre as duas famílias é um factor que promove a satisfação e conforto (Berry, 1993a) e segundo os pais adoptivos, trata-se de um aspecto positivo para o *triângulo da adopção*, nomeadamente, os pais adoptivos, os pais biológicos e a criança adoptada (Neil, 2000, *cit in* Wolfgram, 2008). Além disso, promove impressões positivas acerca dos pais biológicos para as crianças adoptadas (Berry, 1991b e Lee & Twaitte, 1997).

De acordo com Chapman et al. (1987) e Pannor e Baran, (1982), os serviços de adopção, na maioria das vezes, não facilitam este contacto entre os pais adoptivos e biológicos, apesar de existir uma tendência para começar a haver adopções abertas ou semi-abertas.

Em Portugal só são permitidas actualmente duas modalidades de adopção: a plena e a restrita, consoante a extensão dos seus efeitos (cf. artigo 1977 do Código Civil). Na primeira, o adoptado integra-se totalmente com os seus descendentes na família adoptiva, dissolvendo os laços e relações familiares com toda a família de origem. Na adopção restrita, o filho adoptivo continua a relacionar-se com a sua família natural e, simultaneamente, o(s) adoptante(s) assume(m) o exercício do poder parental, com todos os

¹³ Refere-se a qualquer combinação de visitas, telefonemas, e-mails ou cartas. O contacto envolve alguns membros do serviço de adopções, os pais adoptivos e pode incluir ou não a criança adoptada (Grotevant, 2000).

direitos dos pais (cf. artigo 1997 do Código Civil), à excepção de que os filhos adoptados e seus descendentes não são herdeiros legítimos da família adoptiva. Além disso, a família adoptiva e o adoptado não ficam reciprocamente vinculados à prestação de alimentos (vide, artigo 1996 do Código Civil). O nome do filho pode incluir apelidos dos pais adoptivos além dos da família natural (cf. artigo 1995 do Código Civil).

A adopção aberta, uma modalidade de adopção alternativa à tradicional (fechada ou confidencial)¹⁴ em diversos países que não Portugal, refere-se à prática de partilha de informação e ao contacto estabelecido entre as famílias adoptiva e biológica de uma criança específica, após a adopção ser consumada (Haugaard, West & Moed, 2000) sendo este contacto contínuo ao longo da vida dessa criança (Berry, 1993a). Além disso permite aos pais adoptivos, à criança adoptada e aos pais biológicos desta conhecerem-se um aos outros e interagirem directamente (Silverstein e Roszia, 1999).

Nos E.U.A. existem três modalidades de adopção, que se encontram num *continuum* de contacto e de comunicação entre os membros das famílias adoptiva e biológica da criança adoptada e quanto maior é este contacto, maior é a abertura na adopção. Este *continuum* estende-se desde o tipo de adopção confidencial (ausência de contacto e de troca de informação da identidade da criança), mediada (a comunicação ocorre, mas é veiculada sem a troca de informação acerca da identidade realizada através de uma terceira pessoa, como por exemplo o Serviço de adopção) até totalmente aberta (a comunicação e o contacto ocorrem directamente entre as duas partes) (Grotevant, Perry & McRoy, 2005).

Segundo Meezan, Katz e Russo (1978) a adopção aberta é uma alternativa a ser implementada pelos Serviços de Adopção e que tenta melhorar a opção da adopção tradicional. Os seus principais objectivos são minimizar a perda e manter e celebrar as relações e vínculos que a criança adoptada possa usufruir (Silverstein e Roszia, 1999). O número de adopções abertas tem vindo a aumentar (nos E.U.A.) e está a ser cada vez mais posta em consideração por mais serviços de adopção (Berry, 1993a), tornando-se numa expectativa para os pais biológicos e numa realidade para os pais adoptivos (Berry, 1991a).

O nível de expectativa de que a adopção aberta é a melhor opção para as crianças é muito mais alto do que a qualidade do efeito propriamente dito. A noção de que a adopção aberta beneficia as crianças é baseada na ideia de que resolve uma “desorientação genealógica” (Berry, 1993b). Não existem todavia evidências de que a adopção aberta reduza o impacto da adopção na criança (Barth, 1994). Existem mesmo alguns estudos que demonstram que os resultados da adopção aberta são mediados pela crença dos pais adoptivos de que o contacto com os pais biológicos é o melhor para a criança (Barth & Berry, 1988, *cit in* Barth, 1994). Os pais elegem assim a adopção aberta por acreditarem

¹⁴ Situação comum da adopção em Portugal.

que é o melhor para os filhos (Berry, 1991a). Além disso, aceitam-na por acreditarem que têm poucas opções devido ao aumento competitivo do “mercado da adoção” (Berry, 1993a). Neste sentido, Barth (1994) concluiu que a adoção aberta não é a melhor opção para muitas famílias e crianças, durante todas as fases desenvolvimentais.

Por outro lado McRoy e Grotevant (1988) referiram que os pais adotivos estavam de uma forma geral satisfeitos com a quantidade de contactos que estabeleciam, apesar de as mães biológicas quererem aumentar o tempo de contacto. Os pais adotivos demonstraram alguma preocupação acerca da maturidade das mães biológicas e da quantidade de tempo e energia que elas exigiram, mas continuavam a permitir a abertura na adoção porque acreditavam que era o melhor para os filhos.

Na amostra de Berry (1993a) os pais adotivos na adoção aberta, não se sentiam muito confortáveis com o contacto do filho com a mãe biológica e tinham a expectativa de que este contacto se tratava de um factor crítico. Apesar disso, os pais que contactaram antes da adoção (*prior to placement*) com a família biológica relataram níveis de conforto significativamente maiores do que quando o contacto é posterior (*post-placement contact*). Deste modo, quando o contacto é realizado após ter sido decretada a adoção, existe muita incerteza entre os pais adotivos acerca do potencial efeito da adoção aberta na criança e na família, pelo que planear o contacto é o melhor preditor do conforto (Berry, 1993a).

Demick e Wapner (1988) resumiram os potenciais benefícios/riscos da adoção aberta para os pais biológicos, os pais adotivos e as crianças adoptadas. Para os primeiros as vantagens são: aumento de sentimentos de controlo sobre a decisão; aumento do conforto quanto à decisão de ter “mandado” a criança para um ambiente desconhecido; diminuição de sentimentos de culpa e de vergonha e alívio da necessidade de tentar encontrar a criança posteriormente. Por outro lado os riscos para os pais biológicos são: rejeição dos pais adotivos; sentimentos ambivalentes das crianças adoptadas; sentimentos de arrependimento da decisão e de inveja em relação aos pais adotivos.

No que concerne aos pais adotivos estes autores defendem que os benefícios destes são: viver mais honestamente com a realidade da adoção, dando menos oportunidade a fantasias relacionadas com as origens da criança e com a negação da infertilidade; uma comunicação mais realista com a criança sobre a sua hereditariedade e o conseguir transparecer a esta uma imagem positiva dos seus pais biológicos. Contudo os riscos para os pais adotivos são maiores que os benefícios, nomeadamente, a coerção subtil no compromisso pode não se manter por causa da ansiedade adicional no estabelecimento de projectos de vida no futuro; sensações de ansiedade como resultado do esforço de tentar impressionar os pais biológicos; conhecer os pais biológicos pode reavivar os sentimentos negativos em relação à infertilidade, resultando em sentimentos de inveja e ciúme pelos pais

biológicos; aumento do medo da intrusão dos pais biológicos na vida familiar e diminuição da qualidade da relação com o filho adoptivo.

O aumento da sensação de continuidade de vida, do conhecimento da história pessoal, da auto-estima e da identidade resultantes de uma vinculação entre os pais biológicos e adoptivos, a criação de uma imagem mental positiva dos pais biológicos como sendo pais que se preocupam com o filho e diminuição de sentimentos de abandono e rejeição, parecem ser os benefícios da adopção aberta para os adoptados. Finalmente, os riscos da adopção aberta para estes são: o aumento do receio de que os pais biológicos lhes mudem a forma de pensar, tentando recuperá-los e, por os pais adoptivos possivelmente falarem mal dos biológicos, a qualidade da relação entre eles e os pais adoptivos diminui, agravando-se os sentimentos da vontade de procura e de encontro com os pais biológicos.

Deste modo, a abertura na adopção é um tema para uma diversidade de controvérsias e de debate. A opção entre uma adopção aberta/fechada é sempre feita em função do superior interesse da criança. Após uma revisão bibliográfica Castagnini (2004) concluiu que não existe um acordo no que se refere à escolha da modalidade da adopção no melhor interesse do triângulo da adopção. Os resultados do estudo desta autora, apesar de indicarem que as crianças na adopção aberta/fechada têm comportamentos similares ao longo do tempo, na adopção aberta as crianças apresentam menos ansiedade, depressão e outros sintomas do que as crianças na adopção fechada. A razão apontada para estas diferenças por esta autora refere-se ao facto de: como o sentido de perda se encontra associado a problemas psicológicos e como a criança na adopção aberta não tem um sentimento tão profundo de perda porque na verdade não perdeu os seus pais biológicos, acaba por apresentar menos problemas psicológicos do que a criança na adopção fechada. Além disso, as diferenças no nível de abertura na adopção não tem qualquer relação com a auto-estima da criança adoptada (Grotevant, Ross, Marchel & McRoy, 1999 e Wrobel, Ayers-Lopez, Grotevant, McRoy & Friedrich, 1996).

Enfim, Castagnini (2004) concluiu que o contacto entre os pais adoptivos e os biológicos não tem qualquer impacto no comportamento do adoptado, uma vez que mesmo que haja este contacto, a criança adoptada pode não ter consciência dele (Wrobel et al., 1996). Por existir uma enorme diversidade de famílias com adopção aberta no que se refere, ao nível, ao tipo e à frequência de contacto com as famílias biológicas, e como esta variedade parece não ter qualquer influência no comportamento das crianças, os pais adoptivos são livres de escolher o tipo de contacto que lhes é mais confortável (Castagnini, 2004).

1.4 Revelação/Comunicação sobre a condição de adoptado à criança

Revelar¹⁵ à criança a sua condição de adoptada é a situação dentro da adopção, em torno da qual existem mais tabus ou dificuldades (Mateus & Relvas, 2007) e trata-se de uma questão essencial tanto para a criança adoptada como para os pais adoptivos (MacIntyre, 1990). Este acto corresponde a um dos pontos fulcrais para uma adopção bem sucedida (Brodzinsky, 2005), mas ao mesmo tempo desencadeia ansiedade e insegurança para aqueles que estão envolvidos (Brodzinsky & Pingerhughes, 2002 e Kirk, 1964).

A maioria dos serviços de adopção avisa os pais adoptivos de que devem revelar à criança a sua adopção o mais cedo possível (Triseliotis, 2000), para além da maioria das autoridades governamentais defender este ponto de vista (MacIntyre, 1990) e os pais adoptivos a verem como sendo moralmente obrigatória (Alexander, Doty & Morrison, 2004 e Triseliotis, 2000). Por seu turno, Chess (1986, *cit in* MacIntyre, 1990), com base numa revisão bibliográfica, advoga que este facto deve ser revelado o mais cedo possível tendo em consideração a habilidade da criança para compreender o complexo significado de adopção. Alguns autores referem que, com uma história simples e credível contada à criança antes dos quatro anos, à medida que vai sendo continuamente falada e recontada, os elementos da informação vão sendo assimilados ao mesmo tempo que as capacidades cognitivas e emocionais desta se vão desenvolvendo (Brodzinsky, Singer & Braff, 1984).

De outro ponto de vista, Wieder (1978) defende que este acto quando demasiado cedo é traumatizante e disruptivo para o desenvolvimento da personalidade da criança. Freud (1972) considera que as crianças abaixo dos seis anos aparentam não ter capacidade para compreender o significado de adopção, enquanto que com idades entre os oito e os 11 anos normalmente demonstram um aumento da sensibilidade acerca das implicações da adopção. Todavia, à medida que a idade da criança aumenta, o estatuto de ser adoptada vai-se tornando cada vez mais público e não tão restrito para a família nuclear. Neste sentido, corre-se o risco de uma fonte externa contar à criança. Além disso, há um outro risco, o da criança descobrir espontaneamente, tendo consequências negativas no seu *self*, na sua identidade e no seu sentido de segurança básica (MacIntyre, 1990).

Deste modo, não existe um claro consenso de *quando* (MacIntyre, 1990) e *como* é que deve ser contado à criança (Brodzinsky, Pappas, Singer & Braff, 1981). Segundo MacIntyre (1990), não haverá provavelmente a altura certa, mas há, garantidamente, a errada, englobando três situações, designadamente, (1) os pais adoptivos não estarem preparados para discutir este assunto com a criança; (2) os pais adoptivos falarem à criança sobre a adopção como forma de ataque e (3) os pais adoptivos contarem à criança numa fase em que existem outras crises internas ou externas (e.g., divórcio).

¹⁵ Pais que proactivamente contam à criança sobre a sua adopção (MacIntyre, 1990).

Independentemente da idade em que é revelado à criança, este facto acaba por ser sempre desconfortável e stressante para ela. Assim, uma das suas reacções poderá ser o “nunca me contaram” ao mesmo tempo que vivencia sentimentos intensos de ser diferente, de não pertença e de ter sido rejeitada ou não desejada (MacIntyre, 1990).

A adopção é um fenómeno demasiado complexo, não devendo ser abordado de uma forma simplista. Deste modo, as crianças entre os dois e os quatro anos de idade, têm muitas dificuldades em compreender as informações que lhes são fornecidas sobre a sua adopção. A maioria dos pais adoptivos acredita que os seus filhos percebem muito mais sobre a adopção do que na realidade entendem, tendo por isso crenças pouco realistas acerca do conhecimento das crianças sobre a adopção. O enfoque deve ser assim dado não no processo de “revelar” (segundo a perspectiva dos pais), mas sim no processo de “compreender” (de acordo com a óptica da criança) (Brodzinsky et al., 1981).

Por outro lado, Donovan (1990) é um exemplo de um autor que defende que não deve ser contado à criança que ela é adoptada espontaneamente, começando por questionar o número de pais não adoptivos que afirmam aos seus filhos “o meu pequeno filho biológico” de forma a que eles possam confiar nos pais. Neste sentido, questiona também se faria sentido os pais adoptivos afirmarem “o meu pequeno filho adoptivo”.

De qualquer forma, apesar de grande parte da investigação defender a importância da revelação, Donovan defende cinco regras no que diz respeito a esta temática, nomeadamente, (1) não se deve contar a não ser que a criança pergunte, pois saber que se é adoptado não é uma necessidade desenvolvimental para a criança; (2) não arranjar desculpas no que diz respeito ao passado da criança, aludindo para o facto de este ser um assunto “morto”; (3) não embelezar a história, sendo um sinal de insegurança e de pouca confiança dos pais; (4) contar a verdade somente se for interrogado, pois as crianças apesar de aparentarem estar desenvolvimentalmente preparadas, não têm capacidades para se proteger e o sentido de “verdade” é diferente para adultos e para crianças e (5) não tentar compensar o passado, podendo mesmo ser doloroso para a criança. O facto de revelar à criança é uma necessidade dos pais inseguros e não da criança. Esta só precisa de amor, carinho e segurança. Contudo, manter o segredo tem um impacto bastante negativo no bem-estar, na adaptação e na formação da identidade da criança adoptada (Triseliotis, 1973, *cit in* Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005 e Rosenberg & Groze, 1997) e aumenta o stress nos pais adoptivos (MacIntyre, 1990).

Muitas vezes os pais questionam se é realmente necessário contar à criança uma vez que lhe vai trazer mau estar e confusão, considerando também que quando esta é adoptada numa idade em que está consciente do passado não é necessário incomodá-la com acontecimentos que são distantes e associados a memórias dolorosas. Este desconforto

dos pais parece emergir dos seus medos da existência de consequências na relação com os filhos em termos de lealdade e fidelidade (Watkins & Fisher, 1993).

Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) compararam os resultados do seu estudo com um feito pelos mesmos em 1996 e concluíram que a percentagem de pais que falou sobre a adopção aos filhos reduziu-se cerca de 20% o que pressupõe uma reformulação nos apoios das agências da adopção, implicando uma melhor formação dos seus técnicos. Se os pais estiverem menos inclinados para falar sobre a adopção, as crianças sentir-se-ão menos livres para colocar questões relacionadas com este assunto; por outro lado se os pais se aperceberem que os seus filhos não colocaram nenhuma questão relacionada com a adopção, eles acabam por acreditar que o tema não os incomoda, o que reforça a tendência para limitar a comunicação sobre a adopção. Enquanto que os pais referiram que ninguém lhes tinha explicado a importância de revelar à criança o seu estatuto de adoptada, os profissionais da adopção mencionaram que o tinham feito. Esta ambivalência pode ser explicada pelo facto de, apesar de os técnicos terem informado os pais, não o fizeram num contexto e de uma forma apropriada, o que não facilitou a atenção dos pais.

Finalmente, apesar dos problemas que estão associados ao processo de revelação a uma criança sobre a sua condição de adoptada, existe um claro consenso que esta deve ser feita. As dúvidas e as discordâncias encontram-se em quando relevar e que tipo informação deve ser transmitida pelos pais (Brodzinsky et al., 1981).

1.5 O confronto com a infertilidade e a existência de filhos biológicos na adopção

A parentalidade é, e sempre foi, um dos mais importantes objectivos da vida da maioria dos seres humanos e, sobretudo, a maternidade que é intrínseca para a identidade das mulheres adultas (Ireland, 1993, *cit in* Daniluk & Hurtig-Mitchell, 2003). Contudo, aproximadamente 3% dos casais que pretendem ter um filho são impedidos de o ser pela infertilidade e 15% são estéreis (Díaz & Ferré, 2003). Para 30% a 40% destes casais, a adopção é a única saída para virem a ser pais (Corson, 1999, *cit in* Daniluk & Hurtig-Mitchell, 2003). A adopção ajuda assim a melhorar o impacto negativo da infertilidade (Fleckenstein, 1990).

Apesar de existir uma enorme variedade de circunstâncias de vida que motivam um indivíduo a adoptar, nomeadamente, casais do mesmo sexo, casais que adoptam após terem tido um filho biológico, é reconhecido que a infertilidade é o factor mais comum a originar esta tomada de decisão (Gordon, 1997). A maioria dos pais adopta por considerar essencial que todos os casais tenham um filho (Seglow, Pringle & Wedge, 1972, *cit in* Gordon, 1997). A adopção pode ser assim entendida como uma resposta familiar a uma circunstância específica e transitável (e.g., infertilidade) (Terkelsen, 1980).

Um estudo levado a cabo por Halman, Abbey e Andrews (1992) teve como objectivo averiguar as atitudes sobre as intervenções de infertilidade que os casais inférteis tinham. Em relação à adopção concluíram que, apesar desta ser bastante utilizada, tratava-se da última “intervenção” a que os casais inférteis recorriam. Os casais deste estudo, enquanto faziam os diversos tratamentos de fertilização davam continuidade à alternativa de adoptar uma criança de forma a assegurar a possibilidade de terem um filho, apesar de não estarem preparados para aceitar a adopção como uma intervenção final. Além disso os casais inférteis, percepcionavam a adopção como sendo menos favorável, em comparação com os casais férteis.

Para os casais adoptivos do estudo de Daniluk e Hurtig-Mitchell (2003) a decisão de prosseguir pelo caminho da adopção envolveu um processo de conhecimento e de reflexão das perdas associadas à infertilidade, separando o desejo de procriar do desejo de ser pai, medindo a própria capacidade de amar uma criança a quem não se tem um vínculo genético e aceitar e legitimar a adopção como uma forma possível de construir uma família. Devido à tristeza sentida por estes casais, da impossibilidade de ter um filho biológico que acarreta um sentimento de vergonha, culpa e ansiedade, por existir um peso actual da procriação na sociedade (Ferreira et al., 2004) e dos diversos tratamentos de fertilidade mal sucedidos, estes necessitam primeiramente de reconhecer e fazer o luto das perdas associadas à infertilidade para que, posteriormente possam avançar e considerar outras opções, como por exemplo a adopção. Consequentemente, serão capazes de modificar as suas identidades, deixando de se percepcionarem como potenciais pais biológicos para se visualizarem como pais adoptivos (Daniluk & Hurtig-Mitchell, 2003).

Por outro lado, quando o desejo de um filho adoptivo por parte dos candidatos à adopção se encontra associado ao luto da perda recente de um filho biológico, este desejo acaba por desencadear e despoletar a ruptura na adopção, uma vez que reside associado à tentativa de substituição do filho perdido. Ao invés, se a aspiração de ter um filho adoptivo está totalmente associada à vinda de um novo membro para a família, a adopção poderá ser bem sucedida. Contudo, mesmo havendo viabilidade de adopção, é conveniente atribuir uma criança com idade e sexo diferentes da do filho perdido, evitando-se sentimentos de confusão entre a criança real (a adoptada) e a idealizada no luto (Sá & Cunha, 1996).

A legislação portuguesa refere que a adopção não pode envolver “sacrifício injusto para os outros filhos do adoptante” (artigo 1974 do Código Civil). Paralelamente, Barth e Berry (1991) constataram que existe uma certa tendência em findarem adopções de irmãos por famílias onde já existiam outras crianças, em comparação com a adopção de irmãos por famílias em que não existem outras crianças. Assim pode-se constatar que as necessidades dos candidatos à adopção são maiores quando já têm filhos biológicos.

Capítulo II

Metodología

Neste capítulo, proceder-se-á à definição do problema, sua identificação e descrição, mediante a exposição e justificação das questões orientadoras da investigação desenvolvida. Em seguida, será descrito o desenho da investigação, em termos da caracterização da amostra, do modelo de recolha de dados e do instrumento utilizado.

2.1 Questões de investigação

O presente estudo, sendo de natureza predominantemente exploratória, assume como objectivo primordial o estudo e a análise do que os pais adoptivos e os candidatos à adopção portugueses pensam em relação à adopção e à parentalidade adoptiva. As ideias dos pais não só determinam o comportamento parental como também têm impacto na crença de eficácia que os mesmos têm relativamente à sua actuação (Bornstein et al., 1996). Por conseguinte, os resultados deste estudo servirão de ponto de partida para o planeamento de formação parental a pais adoptivos e a candidatos à adopção. Pretende-se identificar temáticas, ideias e crenças a serem desmontadas, reflectidas e debatidas tendo em vista a promoção de uma parentalidade adoptiva positiva.

Neste âmbito, foram elaboradas algumas questões de investigação a analisar:

- O que pensam os adoptantes sobre a adopção e aspectos relacionados com a parentalidade adoptiva?
- Como se posicionam as ideias e as crenças dos adoptantes face aos resultados que a investigação tem mostrado determinantes de uma parentalidade adoptiva positiva?
- Existem diferenças entre pais adoptivos e candidatos à adopção em relação àquilo que pensam sobre a adopção?
- A experiência parental adoptiva é um importante factor para quebrar alguns tabus que existam em relação à adopção?
- Existem diferenças quanto ao género entre os adoptantes no que se refere às suas formas de pensar relativamente à adopção?
- Existem diferenças conforme a zona geográfica em que residem os adoptantes em Portugal quanto às suas ideias/crenças no que se refere à adopção?

Tendo sido apresentadas as questões centrais da investigação, proceder-se-á, de seguida, à exposição do desenho da investigação, no que tange à caracterização da amostra, ao modelo de recolha de dados e ao instrumento utilizado.

2.2 Metodologia de Investigação

2.2.1 Participantes

Quadro 1: Distribuição dos participantes segundo a Condição do Processo e o Sexo.

| Sexo | Condição do Processo | | N (missing = 4 (0.8%)) |
|-----------|----------------------|----------------|---------------------------|
| | Candidatos | Pais adoptivos | |
| Feminino | 132 (25.9%) | 156 (30.6%) | 288 (56.5%) |
| Masculino | 98 (19.2%) | 120 (23.5%) | 218 (42.7%) |
| N | 234 (45.9%) | 276 (54.1%) | 510 (100%) |

Relativamente ao número de anos de escolaridade, verifica-se que estes variam entre os dois e os 28 anos ($\underline{M} = 13.99$, $\underline{D-P} = 4.47$), sendo que a média de anos de escolaridade dos pais adoptivos é de 14.31 ($\underline{D-P} = 4.44$), variando entre os dois e os 23 anos de escolaridade e a dos candidatos à adopção é de 13.61 ($\underline{D-P} = 4.48$), variando entre os quatro e os 28 anos. Procedeu-se à análise da possibilidade de diferenças entre as médias dos anos de escolaridade no que respeita à Condição do Processo através do teste t de Student para amostras independentes, verificando-se a ausência de diferenças ($t(504) = -1.77$, p n.s.).

Os participantes distribuíram-se homogeneamente por 23 Serviços de Adopção de todo o país. O número de participantes por Serviço de Adopção variou entre 13 e 41, sendo que a média de participantes por serviço foi de 11.26 ($\underline{D-P} = 5.93$). De forma a facilitar a análise dos resultados, agruparam-se os serviços de adopção por quatro zonas geográficas do país, verificando-se que: 147 (28.9%) participantes vivem no norte, que inclui os serviços de adopção de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real; 145 (28.5%) residem no centro, que abrange Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Portalegre e Viseu; 169 (33.3%) habitam no sul compreendendo Beja, Évora, Faro, Lisboa, Santarém e Setúbal e, finalmente, 47 (9.3%) vivem nas regiões autónomas - Açores e da Madeira.

No que diz respeito ao número de filhos biológicos constata-se que este variou entre os 0 e os 3 filhos ($\underline{M} = 0.20$, $\underline{D-P} = 0.55$). Enquanto que 32 (13.7%) dos candidatos têm filhos biológicos, são 39 (14.13%) os pais adoptivos que têm filhos biológicos.

No que concerne aos pais adoptivos, analisaram-se diversas variáveis de forma a melhor descrever este grupo. Verificou-se que o tempo de adopção médio foi de 2.82 anos ($\underline{D-P} = 2.22$), distribuindo-se entre um mínimo de 0.40 e um máximo de 14 anos. O número de filhos adoptivos variou entre um e três filhos ($\underline{M} = 1.30$, $\underline{D-P} = 0.5$), sendo que a média de idade em que o primeiro filho foi adoptado foi de 3.6 anos ($\underline{D-P} = 2.74$), compreendida entre os zero e os 12 anos, do segundo foi de 3.87 anos ($\underline{D-P} = 2.24$), [0, 11] e do terceiro de 5.08 anos ($\underline{D-P} = 3.88$), [0, 12]. Paralelamente, tentou-se apurar o tempo em que estes esperaram, desde que se tornaram potenciais candidatos à adopção até terem recebido a primeira criança, verificando-se que o número de anos de espera variou entre os zero e os 10 anos ($\underline{M} = 2.46$, $\underline{D-P} = 1.81$).

2.2.2 Instrumento

Construiu-se um questionário – Escala de ideias e de crenças sobre a adopção (EICA) - composto por 52 itens referentes a um leque alargado de crenças/ideias e afirmações relacionadas com temas usualmente associados à adopção. Uma vez que este questionário foi inicialmente desenhado para técnicos (cf. Giriante, 2009), foram excluídos da análise sete itens que se referem aos critérios de selecção na adopção, na medida em que o seu conteúdo não se revelou pertinente para os adoptantes.

As respostas dos participantes deviam ser assinaladas numa escala Lickert de quatro pontos, em que 1 corresponde a “discordo totalmente”; 2 a “discordo”; 3 a “concordo” e 4 a “concordo totalmente”.

Finalmente, sublinhe-se que antes do início da recolha de dados, devido a imperativos de prazos, o questionário não foi submetido a aplicações piloto. Contudo, foram discutidos todos os itens do questionário, através de reuniões com profissionais da área da adopção, nomeadamente, psicólogos, técnicos de Serviço Social e Juristas, a fim de se tentar assegurar a sua integral compreensão pelos participantes. Paralelamente ressalve-se que os itens deste questionário tiveram por base uma vasta revisão literária relativa à temática da adopção, e que se encontra explicitada no enquadramento teórico da presente dissertação.

Por outro lado, é de salientar que no primeiro grupo do questionário, foram apresentadas questões relativas a necessidades de formação parental durante o processo de adopção. Este grupo foi explorado por Reis (2009), não sendo aprofundado na presente dissertação.

2.2.3 Procedimento

Para a definição da amostra solicitou-se a cada Serviço de Adopção do país para contactar por via telefónica pais e candidatos adoptivos solicitando-lhes a sua participação no estudo. Os Serviços de Adopção, além de servirem de intermediários na proposta de participação na investigação, expunham, genericamente, o tema da investigação. Para os pais adoptivos poderem cooperar no estudo.

Após ter-se obtido o consentimento informado dos candidatos e pais adoptivos para participarem no estudo; enviou-se por correio, no mês de Agosto de 2008, 749 questionários juntamente com uma exposição sumária da investigação. De Agosto de 2008 a Fevereiro de 2009 os questionários preenchidos foram devolvidos pelo correio.

Convém sublinhar que se contactou também com a Associação Bem-me-quer, que por via electrónica enviou 30 questionários a pais e candidatos à adopção. Destes 30, obtiveram-se 26 respostas.

Para a análise dos dados assim obtidos recorreu-se ao programa de computador SPSS, versão 16.0 para Windows.

Capítulo III
Resultados

3.1 Características metrológicas do questionário

Apresentam-se de seguida as análises conducentes à apreciação das qualidades psicométricas dos dados obtidos com o instrumento utilizado, junto do grupo de participantes, nomeadamente no que se refere à sensibilidade/poder discriminativo dos itens, à validade dos dados, através de uma análise de estrutura factorial, validade de constructo (Almeida & Freire, 2003) e à fidelidade dos dados, explorada mediante o cálculo do índice de consistência interna alpha de Cronbach.

3.1.1 Sensibilidade/poder discriminativo dos itens

Esta análise permite determinar se os itens apresentam uma distribuição que se aproxima da curva normal, evocando a capacidade de estes diferenciarem correctamente os vários sujeitos entre si (Almeida & Freire, 2003). Por conseguinte, os resultados foram analisados em relação aos limites de variação, à média e desvio-padrão, assim como aos coeficientes de curtose e de assimetria, tendo-se verificado que, do ponto de vista da dispersão e da forma da distribuição, os itens que constituem o questionário se revelaram satisfatórios, à excepção do item 11, *Entre pais e filhos adoptivos pode formar-se um autêntico vínculo ainda que não sejam do mesmo sangue*, que tem uma distribuição com pouco valor discriminativo, existindo uma quase total unanimidade no acordo (assimetria = -3.21, curtose = 13.19). Adicionalmente, no que se refere à medida de curtose, verifica-se que alguns itens apresentam valores indicativos de uma distribuição um pouco afastada da normal e alguns itens apresentam valores de assimetria um pouco distantes dos limites desejáveis. Para uma análise mais pormenorizada ver o Quadro que se encontra em anexo.

3.1.2 Validade

Recorreu-se à análise factorial (um método de validação de instrumentos de avaliação) de forma a converter os itens do instrumento num determinado número de factores (Nunnally, 1978). Averiguaram-se diversos pressupostos de modo a verificar a possibilidade desta amostra ser sujeita a este tipo de análise de acordo com as recomendações da literatura (Pallant, 2005).

Com o intuito de equilibrar a necessidade de encontrar uma solução factorial com o menor número de factores e a necessidade de explicar o máximo da variância dos dados (Tabachnick & Fidell, 2001), tentaram-se diversas soluções factoriais até encontrar a solução mais satisfatória, após ter sido constatado que os itens poderiam ser submetidos à análise de componentes principais, através do método de Kaiser-Meyer-Okin (que indicou um valor de 0.77), e depois da adequação da matriz ter sido verificada, mediante o teste de esfericidade de Bartlett ($X^2(990) = 4518.392, p = 0.000$). Por conseguinte, utilizou-se a

rotação oblíqua (método *Promax*¹⁶), uma vez que se partiu do pressuposto que os factores estão correlacionados (Pereira, 1999).

Quadro 2: Estrutura factorial do instrumento. Comunalidade (h^2) dos itens¹⁷, valores próprios e percentagem da variância explicada para cada factor.

| Itens | h^2 | F1 | F2 | F3 | F4 | F5 |
|---|-------|-------|------|------|-------|----|
| 3. Filhos adoptivos perturbações psicológicas | .516 | .705 | | | | |
| 45. Filhos adoptivos têm baixa auto-estima | .485 | .677 | | | | |
| 4. Filhos adoptivos problemas psicológicos/adaptação | .489 | .663 | | | | |
| 14. Filhos adoptivos acompanhamento psicológico | .446 | .660 | | | | |
| 35. Filhos adoptivos problemas rendimento/adaptação escolar | .441 | .650 | | | | |
| 8. Famílias adoptivas problemas específicos | .483 | .620 | | | | |
| 42. Pais adoptivos níveis mais elevados de stress | .338 | .546 | | | | |
| 39. Crianças adoptadas mais agressivas | .464 | .519 | | | | |
| 9. Pais adoptivos mais permissivos | .300 | .511 | | | | |
| 2. Pais adoptivos mais ansiosos | .317 | .450 | | | | |
| 36. Experiências criança anteriores adopção mantêm-se vida fora | .235 | .429 | | | | |
| 1. Famílias adoptivas nada têm diferente às não adoptivas | .275 | -.419 | | | | |
| 23. NSE baixo candidatos risco insucesso adopção | .437 | | .647 | | | |
| 26. Adopção fratrias risco insucesso adopção | .413 | | .618 | | | |
| 22. Criança apresentar atraso desenvolvimento risco insucesso adopção | .403 | | .574 | | | |
| 38. Criança etnia diferente dos adoptantes risco insucesso adopção | .435 | | .558 | | | |
| 16. NSE elevado candidatos risco insucesso adopção | .361 | | .553 | | | |
| 41. Criança adoptada continuamente agradecida aos pais adoptivos | .346 | | .509 | | | |
| 46. Filho adoptivo não preenche completamente necessidades parentais como um filho biológico | .366 | | .468 | | | |
| 12. Código genético filhos adoptivos determinante inteligência/personalidade/sentimento/comportamento | .274 | | .411 | | | |
| 37. Criança adoptada recém-nascida precisa conhecer sua condição de adoptada | .623 | | | .752 | | |
| 47. Pais devem contar filhos que são adoptados mais cedo possível | .566 | | | .711 | | |
| 33. Mesmo que fosse possível filho não descobrir que é adoptado, pais teriam de contar | .419 | | | .639 | | |
| 51. Saber que é adoptado fundamental desenvolvimento criança adoptiva | .413 | | | .634 | | |
| 50. Falar criança condição adoptada demasiado cedo | .361 | | | | -.575 | |

¹⁶ O *computer software* SPSS (versão 16) aconselha a utilização deste método em rotações oblíquas para amostras grandes.

¹⁷ Utilizou-se a regra de Kaiser para a manutenção de itens no cálculo da análise de componentes principais, excluindo-se todos os itens que não atingiram o peso de saturação superior a 0,40 (Stevens, 1986).

| | | | | | |
|---|-------|------|------|-------|------|
| traumatizante/perturbador personalidade | | | | | |
| 52. Melhor pais contarem filhos que são adoptados do que eles descobrirem por si próprios | .322 | | | .529 | |
| 40. Socialmente é desejável que família mantenha secreta condição adoptada da criança | .289 | | | -.456 | |
| 32. Adopção aberta alternativa nosso país | .501 | | | -.691 | |
| 29. Contacto com família biológica na adopção restrita risco insucesso | .480 | | | .646 | |
| 44. Se criança gostar família adoptiva nunca vai desejar conhecer pais biológicos | .461 | | | .599 | |
| 17. Adopção aberta não aplica cultura portuguesa | .339 | | | .566 | |
| 13. Procura contacto família biológica factor perturbação adopção | .321 | | | .519 | |
| 28. Criança passado pré-adopção falhada risco insucesso adopção | .546 | | | .692 | |
| 25. Criança apresentar problemas emocionais conduta risco insucesso adopção | .521 | | | .660 | |
| 27. Criança percurso vários acolhimentos (familiar/institucional) risco insucesso adopção | .451 | | | .609 | |
| 48. Pais adoptivos compensar filhos pelas experiências traumáticas do passado | .330 | | | -.454 | |
| 34. Criança ligação forte Família Acolhimento risco insucesso adopção | .239 | | | .402 | |
| Valores próprios | 6.23 | 3.56 | 3.06 | 2.14 | 1.7 |
| % Variância | 13.84 | 7.91 | 6.8 | 4.76 | 3.77 |

Partindo dos dados referidos no Quadro anterior, a análise de conteúdo dos itens que saturam os cinco factores os quais explicam um total de 37.1% da variância, permitindo a sua interpretação nos seguintes termos: o factor 1 é constituído por 12 itens que dizem respeito à atribuição de características negativas e específicas às crianças adoptadas, aos pais adoptivos e às famílias adoptivas de uma forma geral, tendo sido designado “Famílias, pais e filhos adoptivas”; o segundo factor é constituído por oito itens cujo conteúdo remete para os factores de risco relacionados com a adopção, intitula-se “Factores de risco”; o terceiro factor, composto por sete itens referentes ao processo de revelação à criança sobre a sua condição de adoptada, tendo sido por isso denominado “Revelação”; o quarto factor, “Contacto entre a família adoptiva e biológica”, é formado por cinco itens que remetem para o estabelecimento de contacto entre as famílias adoptiva e biológica da criança adoptada e finalmente o factor cinco, constituído por cinco itens que dizem respeito ao impacto negativo na adopção das experiências vivenciadas pela criança antes de ser adoptada, designa-se “Experiências anteriores à adopção”. Para a análise destes factores, converteram-se os itens que se direccionam no sentido oposto ao do factor respectivo, designadamente: no factor um converteu-se o item um; no factor três, o 40 e o 50; no factor quatro, o 13, o 17, o 27 e o 44 e, finalmente no factor cinco converteu-se o item 48.

Os itens 5, *Necessidades dos candidatos a adopção são específicas quando a sua motivação está associada a infertilidade*, 7, *Necessidades dos candidatos a adopção são maiores quando já têm filhos biológicos*, 11, *Entre pais e filhos adoptivos pode formar-se um autêntico vínculo ainda que não sejam do mesmo sangue*, 15, *Pais adoptivos são tendencialmente mais disponíveis e envolvidos*, 19, *Quanto mais velho é o adoptado maior o risco de insucesso da adopção*, 20, *Pais adoptivos são tendencialmente mais rígidos*, 43, *Conhecer a sua situação de adoptado não evoca na criança o receio de ser novamente abandonado* e 49, *Pais adoptivos não substituem os pais biológicos* - foram eliminados, já que apresentavam níveis de saturação inferiores a 0.40.

3.1.3 Consistência interna

A consistência interna refere-se ao conjunto de correlações entre itens existentes num teste (Nunnally, 1978). Tendo em vista a análise da consistência interna do instrumento, foram calculados para cada factor os valores do coeficiente alpha de Cronbach. O valor de alpha obtido, quando se considera o total de 37 itens foi de 0.79 o que é sugestivo de uma boa fidelidade e indicador de homogeneidade entre os itens.

A cada um dos cinco factores correspondem valores de alpha de Cronbach muito razoáveis. O factor um apresentou um valor de alpha igual a 0.80, o factor dois, 0.71, o factor três 0.75 e o factor quatro, 0.67. O factor cinco assumiu um valor de alpha de 0.67, tendo-se retirado o item 48, *Pais adoptivos devem compensar os filhos pelas experiências traumáticas do passado*, uma vez que ao mantê-lo, o valor de alpha seria mais baixo - 0.60. Deste modo, à excepção do item 48, a análise dos coeficientes alpha referentes a cada um dos factores permitiu, deste modo, verificar que a retirada de qualquer item não alteraria de forma significativa os coeficientes de consistência interna.

3.2 **Caracterização das ideias e crenças dos adoptantes**

Relativamente às medidas descritivas dos factores, constata-se que a “Revelação” apresenta uma variação entre um valor mínimo de 1.71 e o valor máximo possível (4), correspondendo a um valor de média de 3.22 ($\underline{D-P}=0.43$). Ao factor “Experiências anteriores à adopção” correspondem um valor de média de 2.60 ($\underline{D-P}=0.46$), valor mínimo possível (1) e um valor máximo de 3.75; enquanto que ao factor “Contacto entre a família adoptiva e biológica” corresponde uma média de 2.27 ($\underline{D-P}=0.46$) e um valor mínimo possível (1) e o valor máximo 3.4. A variável “Famílias, pais e filhos adoptivos” apresenta uma média de 2.07 ($\underline{D-P}= 0.38$), variando entre o mínimo possível (1) e o máximo 3.3. Finalmente, a variável “Factores de risco” varia entre o valor mínimo possível (1) e um valor máximo de 3.14, apresentando uma média de 1.82 ($\underline{D-P}=0.37$).

3.3 Análises diferenciais

As análises diferenciais que se seguem incidem nos cinco factores referidos que facilitam a compreensão de posição assumida relativamente a cada um dos cinco temas acerca da adopção considerados. Com o intuito de explorar o impacto de variáveis independentes de caracterização sócio-demográfica (nomeadamente, condição de processo, género, ciclo de escolaridade e zona geográfica em que reside) sobre as cinco variáveis dependentes (correspondentes aos cinco factores, anteriormente mencionados), procedeu-se a realização de análises diferenciais, expostas, em seguida.

De modo a explorar a existência de diferenças significativas entre as respostas dos candidatos à adopção e as dos pais adoptivos, realizou-se um teste t de Student para amostras independentes. Os resultados apresentam-se no quadro que se segue.

Quadro 3: Diferenças significativas entre candidatos e pais adoptivos.

| Variáveis | Condição | M | D-P | t | df | p |
|---|----------------|------|------|-------|-----|------|
| Famílias, pais e filhos adoptivos | Candidatos | 2.15 | .347 | 4.73 | 506 | .000 |
| | Pais adoptivos | 1.99 | .385 | | | |
| Factores de risco | Candidatos | 1.92 | .371 | 5.64 | 508 | .000 |
| | Pais adoptivos | 1.74 | .345 | | | |
| Revelação | Candidatos | 3.13 | .406 | -4.34 | 508 | .000 |
| | Pais adoptivos | 3.30 | .439 | | | |
| Contacto entre a família adoptiva e a biológica | Candidatos | 2.33 | .464 | 2.93 | 508 | .004 |
| | Pais adoptivos | 2.21 | .461 | | | |
| Experiências anteriores à adopção | Candidatos | 2.61 | .46 | .41 | .51 | .68 |
| | Pais adoptivos | 2.59 | .47 | | | |

Com a finalidade de averiguar a influência do género dos participantes nos resultados obtidos, realizou-se um teste t de Student para amostras independentes. Mediante a comparação de médias verificou-se que existem diferenças significativas entre mulheres e homens, no que diz respeito às variáveis “Factores de risco” ($t(504) = 2.65, p < 0.05$) e “Revelação” ($t(470.2) = -3.99, p < 0.001$). Na primeira variável, os homens apresentam um valor de média de 1.87 ($\underline{D-P}=0.37$) ligeiramente superior ao das mulheres ($M=1.78, \underline{D-P}=0.36$). Em contrapartida, na variável “Revelação”, o valor de média das mulheres é de 3.29 ($\underline{D-P}=0.43$), sendo ligeiramente superior ao dos homens ($M=3.14, \underline{D-P}=0.42$).

Foi também explorada, através da realização de correlações r de Pearson, a associação entre os anos de escolaridade completados dos participantes e o posicionamento face aos cinco factores. Deste modo, concluiu-se que esta variável (“anos de escolaridade”) apresenta uma correlação negativa fraca com o factor “Experiências anteriores à adopção” ($r=-0.13$, $p < 0.01$), uma correlação negativa moderada com a variável “Factores de risco” ($r=-0.30$, $p < 0.01$) e uma correlação positiva fraca com o “Contacto entre família adoptiva e biológica” ($r=-0.10$, $p < 0.05$).

Paralelamente realizou-se uma análise da variância do procedimento *one way anova* entre grupos de forma a explorar o impacto da zona de residência nos factores previamente indicados. Tal como já foi mencionado, os participantes foram divididos em quatro grupos de acordo com a zona de geográfica de residência (Grupo 1: Norte; Grupo 2: Centro; Grupo 3: Sul; Grupo 4: Regiões Autónomas). Encontraram-se diferenças estatisticamente significativas a um nível de $p < .05$ para os quatro grupos, no que concerne ao factor “Famílias, pais e filhos adoptivos” ($F(3, 504) = 4.00$, $p < 0.01$). Apesar das diferenças estatisticamente significativas, os valores das médias entre os grupos foi bastante reduzido. A dimensão do efeito, calculado utilizando o *eta squared*, foi de 0.02. As comparações do Post-hoc, utilizando o Turkey HSD, indicaram que os residentes no Grupo 1 apresentam uma média superior ($M=2.13$, $D-P=.385$) em comparação com o Grupo 3 ($M=2.02$, $D-P=.368$) e o Grupo 4 ($M=1.95$, $D-P=.311$), ou seja, o Grupo 1 apresenta valores indicadores de uma posição mais negativa em relação às famílias adoptivas e seus constituintes.

Procedeu-se à realização de correlações r de Pearson, de modo a averiguar a influência das variáveis “número de filhos adoptados” e “número de filhos biológicos” nos factores referidos. Em relação à primeira variável, verificou-se uma correlação negativa fraca com os factores “Famílias, pais e filhos adoptivos” ($r=-0.14$, $p < 0.01$), “Factores de risco” ($r=-0.23$, $p < 0.01$) e “Contacto entre famílias adoptivas e biológicas” ($r= 0.10$, $p < 0.05$) e uma correlação positiva fraca com o factor “Revelação” ($r=0.20$, $p < 0.01$).

Por outro lado, foi explorada em relação aos pais adoptivos, através da realização de correlações r de Pearson, a influência nos resultados das variáveis independentes específicas desta população (tempo de adopção, tempo de espera e idade das crianças na altura da adopção) com os factores acima referenciados, constatando-se que existe uma correlação positiva fraca entre o tempo de adopção e a “Revelação” ($r=0.13$, $p < 0.05$).

Capítulo IV
Discussão dos Resultados

O estudo das características metrológicas da EICA, aplicada a uma amostra de 510 adoptantes de todo o país, evidenciou que se trata de um instrumento válido e fidedigno no que concerne ao estudo das ideias/crenças sobre a adopção, em pais adoptivos e candidatos à adopção, em Portugal. Não só os itens constituintes apresentam um bom grau de sensibilidade, permitindo a discriminação entre os sujeitos, como evidenciam uma estrutura factorial nítida em cinco factores obtendo valores de carga factorial muito razoáveis e exibindo níveis de consistência interna bastante satisfatórios quer em relação à totalidade da escala, quer relativamente aos seus factores constituintes.

Neste instrumento observa-se uma supremacia de itens de formulados pela negativa. Obviamente que esta prevalência se deve em parte à associação pré-definida de aspectos negativos à adopção. Contudo é importante que os itens se focalizem em direcções opostas de modo a diminuir o número de respostas “politicamente correctas”. Neste sentido, sugere-se que esta hegemonia de itens relativos a ideias negativas em relação à adopção seja alvo de reflexão, em revisões/aplicações futuras deste questionário, sendo de considerar a formulação de novos itens associados a ideias positivas da adopção.

Relativamente aos itens excluídos pela análise factorial, verifica-se que a retirada do item 43, *Conhecer a sua situação de adoptado não evoca na criança o receio de ser novamente abandonado*, deve-se em parte ao modo como este se encontra formulado, dificultando a sua compreensão pelos respondentes, não podendo ser analisado neste estudo. Desta forma, sugere-se uma reformulação deste passando-o para a valência oposta, na medida em que é mais congruente com o sentido da frase, nomeadamente, *Conhecer a sua situação de adoptado evoca na criança o receio de ser novamente abandonada*. O item 11, *Entre pais e filhos adoptivos pode formar-se um autêntico vínculo ainda que não sejam do mesmo sangue*, para além de ter sido excluído na análise factorial, apresentou uma distribuição com pouco valor discriminativo, existindo uma grande predominância no acordo. Ao analisar este item mais pormenorizadamente, verifica-se que era previsível que os pais/candidatos adoptivos concordassem maioritariamente com ele, uma vez que é socialmente aceite. Mesmo assim existiram alguns participantes que não concordaram com esta afirmação o que é de algum modo preocupante. Numa futura aplicação deste questionário, seria importante rever a pertinência deste item e reavaliar a sua condição de excluído. A eliminação dos itens 5, 7, 15, 19, 20 e 49 na análise factorial deve-se ao facto de apresentarem valores de saturação baixos, apesar do seu conteúdo ser pertinente.

Quanto à caracterização das crenças/ideias dos adoptantes em relação à adopção, constata-se que, de uma maneira geral, estes tendem a não considerar a ideia geral da adopção como sendo sinónimo de problemas e de factor de risco para a constituição de uma família. Uma vez que o espaço reservado para a discussão de resultados é bastante reduzido e como se irá reflectir em torno dos resultados dos factores de uma forma mais

pormenorizada, discutir-se-á somente algumas ideias/crenças (itens) que se destacaram, por a sua análise trazer algo de novo em relação ao estudo dos factores e por serem reveladoras de uma reflexão mais pertinente, tendo em consideração os objectivos do presente estudo, bem como a revisão teórica efectuada no capítulo I.

Partindo-se dos resultados do item 1, *As famílias adoptivas nada têm de diferente em relação às famílias não adoptivas*, verifica-se que a maioria dos participantes considera que não existem diferenças entre as famílias adoptivas e não adoptivas (Moda = 4), o que de acordo com Kirk (1981) é indicador de que estes participantes apresentam dificuldades em lidar com a adopção, uma vez que o processo de se tornar pai/mãe é totalmente distinto nos casais adoptivos em comparação com os não adoptivos (Santona & Zavattini, 2005). Os desafios com que as famílias adoptivas se deparam são únicos (e.g., LePere, 1987; Brodzinsky & Huffman, 1988). Os candidatos e pais adoptivos ao concordarem com esta crença não poderão desenvolver totalmente sentimentos de pertença e de autoridade pelo filho adoptivo, pois segundo Smith (1997), estes são desenvolvidos através da aceitação das diferenças existentes entre as famílias adoptivas e as não adoptivas. Contudo, Fuertes e Amorós (1996) ressaltam que a negação das diferenças pode ser uma boa estratégia nos primeiros anos de adopção, quando o objectivo principal é o estabelecimento de uma relação de vinculação segura entre a criança e os pais adoptivos, enquanto que nos anos seguintes será mais o adequado aceitar as diferenças permitindo uma comunicação aberta sobre a adopção e sobre os sentimentos que esse estatuto veicula. Neste sentido, considera-se que a reflexão, discussão e reelaboração desta ideia poderá ser um ponto de partida a ter em formação parental, tendo em consideração a fase de adopção em que os pais adoptivos se encontram.

A ausência de concordância por parte dos adoptantes deste estudo em relação ao item 19, *Quanto mais velho for o adoptado maior o risco de insucesso da adopção*, por se tratar de uma ideia bastante polémica é de certo modo congruente com aquilo que a investigação tem vindo a defender, apesar de a maioria dos estudos (e.g., Berry, 1992; Berry & Barth, 1989; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal et al., 1988 e Tizard, 1994) encontrar uma relação entre o aumento da idade em que a criança é adoptada e a probabilidade de haver uma disrupção na adopção. Quanto mais tarde a criança é adoptada mais tempo fica sem ter uma família com quem possa estabelecer um vínculo afectivo, sabendo-se que as figuras parentais são a “chave” para um desenvolvimento saudável e positivo desta. E quanto mais tempo as crianças se encontrarem institucionalizadas, mais problemas apresentarão. Como tal, a lentidão do processo de adopção, poderá ter consequências muito negativas para a criança (Palacios et al., 1996). Deste modo tal como Palacios e Sánchez-Sandoval (2005) referenciaram, esta associação da disrupção da adopção com a idade deve-se mais ao facto da história da criança ter sido

marcada por experiências negativas do que a idade *per se*, uma vez que elas tendem a prolongar-se mais no tempo. Mais do que ter presente a associação entre o aumento da idade e a interrupção na adopção, é necessário que os pais tenham consciência das consequências que as experiências negativas anteriores à adopção da criança possam ter no seu futuro. Deste modo, em formação parental deve-se preparar os pais adoptivos a saber lidar da melhor forma com estas situações específicas.

No que se refere ao item 5 do questionário, *As necessidades dos candidatos à adopção são específicas quando a sua motivação está associada a infertilidade*, constata-se que os adoptantes discordam deste (Moda = 2). Contudo, verifica-se que de acordo com Daniluk e Hurtig-Mitchell (2003) a decisão de prosseguir pelo caminho da adopção envolve, em muitos dos pais adoptivos, um processo de conhecimento e de reflexão das perdas associadas à infertilidade, separando o desejo de procriar do desejo de ser pai, medindo a própria capacidade de amar uma criança a quem não se tem um vínculo genético e aceitar e legitimar a adopção como uma forma possível de constituir família, ou seja, a decisão da adopção pressupõe a desistência da parentalidade biológica (Ferreira et al., 2004). Deste modo os casais inférteis necessitam primeiramente de reconhecer e fazer o luto das perdas associadas à infertilidade para que, posteriormente possam avançar e considerar outras opções, como por exemplo a adopção. Consequentemente, serão capazes de modificar as suas identidades, deixando de se percepcionarem como potenciais pais biológicos para se visualizarem como pais adoptivos. Assim, segundo Daniluk e Hurtig-Mitchell (2003), a ideia presente neste item é verdadeira. O facto dos adoptantes discordarem, é indicador de que poderão ainda não ter consciência da importância de reconhecer e fazer o luto das perdas associadas à sua infertilidade. Contudo, na fase em que se encontram no processo de adopção, tanto os pais como os candidatos, este luto já deveria estar resolvido. Neste sentido, este resultado é de algum modo indicador da necessidade de um reforço no que respeita ao apoio prestado pelos serviços aos futuros pais adoptivos de forma a que estes façam garantidamente o luto da infertilidade antes da construção do projecto de adopção propriamente dito, para além de demonstrar a necessidade da exploração do tema em futuras investigações.

As necessidades de apoio de formação dos candidatos quando têm filhos biológicos (item 7) poderão ser de facto específicas uma vez que, tal como o código civil português referiu, a adopção não pode envolver “sacrifício injusto para os outros filhos do adoptante” (artigo 1974 do Código Civil). Mais uma vez os adoptantes ao discordarem deste item (Moda=2) não demonstram ter consciência destas necessidades pelo que poderá ser necessário ajudar os futuros pais adoptivos a lidarem com esta situação específica antes do projecto de adopção.

Os adoptantes do presente estudo discordam com a ideia de que os pais adoptivos apresentam níveis mais elevados de stress (item 42; Moda = 2). Porém, devido aos vários desafios específicos que têm de combater na parentalidade adoptiva (e.g., saber como contar aos filhos a sua condição de adoptado, ter passado por um longo e moroso processo de selecção de adopção) estes acabam por de facto lidar com o stress com mais frequência do que aqueles que são pais pela via dita normal (Brodzinsky, 1987; Farber et al., 2003 e Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006). Assim sendo os adoptantes ao responderem a este questionário ou não sentiram níveis de stress elevados, uma vez que conseguiram lidar de uma forma adaptativa com estes desafios específicos da parentalidade adoptiva (Farber et al., 2003) ou pelo formato como o item se encontra escrito acabaram por discordar dele ou então como forma de defesa acabaram por não admitir esta característica específica com que podem lidar na adopção. Torna-se assim evidente que esta corresponde a uma ideia a ser aprofundada em formação parental e em futuros estudos.

De seguida apresentar-se-á a análise dos factores de uma maneira geral. No que se refere ao factor “Revelação” os resultados demonstraram que a maioria dos participantes concorda com a necessidade da revelação sobre a condição de adoptada à criança ($M=3.22$; $D-P=0.43$) o que vai de encontro ao que a investigação tem vindo a referir (e.g., Brodzinsky, 2005 e MacIntyre, 1990), e ao facto de Triseliotis (2000) e Alexander et al. (2004) terem constatado nos seus estudos que os pais adoptivos vêem a revelação como sendo moralmente obrigatória. Adicionalmente, neste factor também está implícita a ideia de que a revelação deve ser feita o mais cedo possível. Contudo, não existe um claro consenso a este respeito na literatura, pelo que alguns autores defendem que esta deve ser feita o mais cedo possível de acordo com as capacidades específicas de compreensão da criança do complexo constructo de adopção (e.g., Chess, 1986, *cit in* MacIntyre, 1990 e Brodzinsky et al., 1981). Por outro lado MacIntyre (1990) salienta que à medida que a idade da criança aumenta, o estatuto de ser adoptada vai-se tornando cada vez mais público e não tão restrito à família nuclear, correndo-se o risco de uma fonte externa contar à criança, ou a criança descobrir espontaneamente, tendo consequências negativas no seu *self*, na sua identidade e no seu sentido de segurança básica. Neste sentido, a questão de revelar à criança a sua adopção o mais cedo possível é bastante premente pelo que se torna necessário aprofundá-la com os pais adoptivos/candidatos à adopção em formação parental promovendo-se a reflexão desta. Considera-se pertinente ressaltar que os itens que constituem este factor remetem para revelação à criança da sua condição de adoptado, não fazendo alusão, porém, aos procedimentos e ao processo de comunicação propriamente dito. Desta forma, não se pode averiguar se existe abertura nestes adoptantes relativamente ao diálogo sobre a adopção com os seus filhos. Tal como Stein e Hoopes (1986, *cit in* Kaye & Warren, 1988) referiram, a abertura da família para a comunicação sobre a adopção com a criança adoptada é preditora de ajustamento, auto-estima e de uma melhor performance

desta na escola. Os pais adotivos têm também de explorar e compreender os seus próprios sentimentos com a família biológica do seu filho, bem como preparar-se para partilhar com ele informações sobre as suas origens e a história da sua adoção (Brodzinsky et al., 1998). Uma tarefa importante dos pais adotivos é falar à criança do seu passado e colocar os pais biológicos numa posição neutra, isto é, não os culpando, nem denegrindo a sua imagem (Salvaterra & Veríssimo, 2008).

Os participantes assumiram em geral uma posição de desacordo em relação ao factor “Contacto entre as famílias adoptiva e biológica” ($M=2.27$, $D-P=0.47$) demonstrando de certa forma algum receio em relação ao contacto que possam estabelecer juntamente com o filho adoptivo com a família biológica deste. Tal como Belbas (1997) referiu, este receio poderá dever-se em parte ao medo que esta lhes retire o filho. Deste modo é de extrema importância explorar em formação parental todos estes sentimentos em relação ao contacto entre as duas famílias uma vez que o contacto entre os pais adoptivos e a família biológica está positivamente relacionado com a adaptação da criança (Fletcher, 1995). A procura das suas origens por parte do adoptado assume uma extrema importância para a sua história pessoal (Palacios, 2007). Dentro deste factor encontram-se inseridos dois itens que se referem à adoção aberta. Os pais consideraram que esta não se aplica à cultura portuguesa. De facto não existe evidência empírica em relação a este aspecto uma vez que a adoção aberta não é aplicada actualmente em Portugal. O único aspecto que se pode referir a este respeito é que não existe um consenso entre os estudos a nível internacional em relação a esta temática. A opção entre a adoção aberta e fechada é feita primeiramente em função do superior interesse da criança (Castagnini, 2004), apesar de, segundo Grotevant et al. (1999) e Wrobel et al. (1996), as diferenças entre o grau de abertura da adoção não têm qualquer relação com a auto-estima da criança.

Diversos estudos apontam no sentido de que as crianças que se encontram constantemente em mudança de residência/família (seja ela biológica, de acolhimento ou adoptiva) acabam por sofrer consequências negativas, uma vez que não conseguem estabelecer vínculos a alguém (e.g., Berry, 1992; Berry & Barth, 1989; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal et al., 1988 e Tizard, 1994). Tal como Ainsworth et al. (1978) e Sroufe e Waters (1977) referiram, a vinculação é um “processo” que fornece continuamente às crianças uma real sensação de segurança facilitando-lhes a exploração de tudo que as circunda. A qualidade precoce da relação de vinculação é, portanto, enraizada no grau em que a criança passou a depender da figura de vinculação como uma fonte de segurança (Ainsworth et al., 1978). Os adoptantes do presente estudo concordam minimamente com o impacto na adoção das experiências anteriores à adoção ($M=2.60$, $D-P=0.46$) o que de certo modo vai no sentido daquilo que tem vindo a ser referido empiricamente. Convém ressaltar porém que os participantes deste

estudo, apesar de terem alguma consciência do impacto dessas experiências de pouca estabilidade no passado da criança na adoção, se porventura adoptarem uma criança que tenha um passado marcado de ruptura de relações, não devem tentar compensar o seu passado de forma excessiva. Mais do que em qualquer outra situação a passagem para a parentalidade deve ser um processo gradual, pois tal como Palacios (2007) referiu, o marcado contraste entre as experiências anteriores e posteriores à adoção produz experiências vitais de uma descontinuidade profunda, é como se as crianças passassem de “oitto para 80”.

Contudo, apesar de existir esta consciência do impacto das experiências de pouca estabilidade do passado da criança na adoção, é importante ressaltar que esta é reduzida, o que é de certo modo positivo, na medida em que se fosse elevada, poderia ser reveladora de que os adoptantes do presente estudo atribuíam as dificuldades existentes na família, à história prévia à adoção ou ao código genético da criança (Grotevant, 1997 e Sorosky, Baran & Pannor, 1975).

Não existe um claro consenso entre os diversos estudos realizados no âmbito da atribuição de mais problemas às famílias adoptivas de uma forma geral e aos pais e aos filhos adoptivos de um modo específico. Partindo-se dos resultados do presente estudo, conclui-se que os pais adoptivos e os candidatos à adoção não concordam com esta associação ($M=2.07$, $D-P=0.38$) revelando acreditar que existe uma proximidade entre as famílias adoptivas (incluindo os elementos que as constituem) e as famílias não adoptivas e seus constituintes. Apesar de, tal como foi referido anteriormente, os adoptantes demonstrarem por um lado, negar ou então não ter consciência das diferenças que de facto existem entre as famílias adoptivas e não adoptivas, revelam, por outro, uma capacidade de abstracção da acentuação e focalização nas suas especificidades e problemas o que acaba por evidenciar que possuem crença na adoção como forma de constituir família. Tal como no estudo de Farber et al. (2003) os pais adoptivos não estavam de uma maneira geral preocupados com a crença existente em relação às crianças adoptadas, pois a maioria planeava dar enfoque à crença que tinham na própria criança. Deste modo, patenteiam não atribuir a causa das dificuldades de *coping* da família à história da criança anterior à adoção e à criança propriamente dita (Grotevant, 1997 e Sorosky et al., 1975). Em suma, torna-se necessário que, em formação parental se promova a reflexão das especificidades da adoção e da forma de lidar com esta, não acentuando os problemas mas também não negando a possibilidade destes poderem existir.

Relativamente aos indicadores que se encontram inseridos na variável “Factores de risco” (NSE baixo/alto dos pais adoptivos, adoção de fratrias, criança ter um atraso desenvolvimento ou ser de uma diferente etnia), apesar de existirem alguns autores (cf., Barth & Berry, 1991; Zwimpfer, 1983; Rosenthal, 1993; Melosh, 2002 e Hollingsworth, 1997)

que referem que estes se encontram associados à disrupção na adopção, para além desta ocorrer muito menos frequentemente do que aquela que é comumente apontada (Barth, Berry et al., 1988), existem muitos estudos que referem que estes factores (à excepção do NSE baixo/alto) não têm qualquer efeito no fracasso da adopção (e.g., Palacios et al., 1996). Deste modo, apesar de ser bastante positivo os pais/candidatos à adopção discordarem quase totalmente dos factores de risco ($M=1.82$, $D-P=0.37$) uma vez que a concordância corresponderia a uma visão francamente redutora, é essencial que estes tenham consciência e tomem conhecimento da possibilidade dos efeitos destes factores na adopção, uma vez que estas situações específicas implicam mudanças no funcionamento da família adoptiva, na relação estabelecida entre pais e filho e na percepção do impacto da adopção na família (Rosenthal & Groze, 1994).

No âmbito das análises diferenciais, na condição do processo constata-se que, apesar de existirem diferenças significativas entre pais e candidatos, a média das ideias se situa no mesmo campo semântico (discordo/concordo) em ambos os grupos. Contudo, quando a adopção está associada a aspectos negativos, os candidatos concordam mais com essa relação, nomeadamente nas variáveis “Famílias, pais e filhos adoptivos” e “Factores de risco” do que os pais adoptivos. Paralelamente, na “Revelação” o valor da média dos pais adoptivos é superior em relação ao dos candidatos à adopção. Estes dados parecem demonstrar, embora de uma forma reduzida, que a experiência da parentalidade adoptiva surte de algum modo efeitos positivos na forma de perceber a adopção, respondendo-se assim a uma das questões centrais da investigação “A experiência parental adoptiva é um importante factor para quebrar alguns tabus que existam em relação à adopção?”. Por outro lado, os pais adoptivos demonstraram temer mais o contacto com a família biológica do que os candidatos. Este maior desassossego poder-se-á dever ao facto destes já se encontrarem vinculados e ligados a uma criança, acabando por recear com maior intensidade o efeito do contacto com a família biológica na relação que estabelecem com os filhos, ao invés dos candidatos que ainda não estabeleceram esta relação.

Na comparação estabelecida entre homens e mulheres, verifica-se que os primeiros tendem a concordar mais com a atribuição de factores específicos que são de risco para a adopção. Adicionalmente, as mulheres concordam mais com a necessidade de comunicação à criança da sua condição de adoptada do que os homens. Deste modo, sublinhando que a diferença do valor das médias é reduzida e se situa no mesmo campo (concordo/discordo), as mulheres parecem apresentar ideias ligeiramente mais positivas em relação à adopção do que os homens.

As correlações entre os anos de escolaridade e os factores, ressaltando-se que existe uma maior predominância de participantes com a escolaridade acima do ensino secundário, demonstraram que: quanto maior é a escolaridade dos adoptantes mais estes concordam

com a necessidade de estabelecimento de contacto com a família biológica e quanto menor é a escolaridade, mais estes concordam com o impacto das experiências do passado da criança na adopção e na existência de factores de risco. Deste modo, parece existir uma certa relação entre a escolaridade elevada e o grau de complexidade das ideias, isto é, enquanto que os pais com uma menor escolaridade tem propensão a explicar a adopção e tudo o que lhe é correlativo numa perspectiva concreta e unidimensional, os pais com uma escolaridade mais elevada, explicam-na tendencialmente, baseando-se em causas complexas e interactivas o que vai de certo modo ao encontro daquilo que Sameroff e Feil (1985) mencionaram em relação à parentalidade de uma maneira geral. “O prolongamento da escolaridade transforma a maneira de estar do indivíduo, incita-o a adquirir conhecimentos extra-escolares, dá-lhe competências de análise e crítica relevantes para pôr em questão e modificar as situações, e torna-o mais confiante nas próprias ideias” (Cruz, 2005, p. 172). Contudo, convém ressaltar que estas diferenças no grau de escolaridade não são muito grandes, para além de existir uma enorme diversidade intra-grupo.

Por outro lado, estas correlações entre os anos de escolaridade e alguns dos factores, poderão ser analisadas de outro ponto de vista. A maioria da investigação na adopção parte do seguinte pressuposto: uma vez que os pais adoptivos com um grau de escolaridade mais elevado tendem a desenvolver expectativas altas em relação à criança adoptada, que são, na maioria das vezes, incongruentes com as características que esta apresenta, as famílias em que os pais adoptivos têm a escolaridade mais elevada tendem com maior probabilidade a finalizar (cf., Berry, 1992; Berry & Barth, 1989; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Rosenthal & Groze, 1990; Rosenthal et al., 1988 e Tizard, 1994). Os resultados do presente estudo não poderão ser indicadores da existência destas maiores expectativas por parte dos adoptantes com maior escolaridade uma vez que este não foi desenhado com esse intuito, mas será que o facto de negarem mais a existência de factores de risco associados à adopção e o impacto das experiências negativas do passado da criança na adopção, se poderá dever a uma menor consciência de que estas situações específicas implicam mudanças no nível de funcionamento da família adoptiva, na relação estabelecida entre pais e filho e na percepção do impacto da adopção na família, tratando-as de igual modo que uma situação normal?

No que se refere ao impacto da zona geográfica em Portugal nos factores previamente indicados, não existem estudos empíricos. Porém, constata-se que os residentes no norte do país concordam mais com uma maior predominância de problemas nas famílias, pais e filhos adoptivos do que os residentes nas outras áreas do país. Será que este resultado poderá ser justificado pelo facto dos “nortenhos” serem geralmente referidos pelo senso comum como mais “conservadores” que a população portuguesa em geral?

Quanto mais filhos os adoptantes têm, mais tendem a discordar com a associação de problemas às famílias, pais e filhos adoptivos e com a atribuição de factores de risco à adopção e mais concordam com a importância da revelação da condição de adoptado à criança. Estes resultados demonstram que o número de filhos está relacionado com uma maior abertura à adopção. Transversalmente, um maior número de filhos adoptivos está associado a um maior receio do contacto com a família biológica: será que poder-se-á dever ao facto de já estarem vinculados a mais do que uma criança e, por isso, o medo da perda é maior? Para além disso, o facto de, quantos mais são os filhos adoptivos maior é a probabilidade de haver mais do que uma família biológica (sublinhe-se que ainda existe a eventualidade de os filhos adoptivos serem da mesma família biológica), será que desencadeia nos pais adoptivos um maior receio do contacto por terem de lidar com mais do que uma família biológica?

Nas variáveis específicas dos pais adoptivos (excluiu-se portanto desta análise os candidatos à adopção), constata-se que quanto maior é o tempo de adopção maior é o grau de concordância com a “Revelação” o que significa que, quanto mais tempo os pais têm de adopção mais tomam consciência da importância da comunicação sobre a condição de adopção para a criança, demonstrando assim que o tempo de adopção surte efeitos positivos na forma de perceber a revelação. No que se refere à idade da criança, quanto mais velha esta for na altura de ser adoptada, mais os pais adoptivos do presente estudo concordam com a existência de problemas nas famílias, pais e filhos adoptivos. Este resultado é convergente com o estudo de Rosenthal e Groze (1990) que aponta menor satisfação na adopção de crianças mais velhas.

Discutidos os principais resultados do estudo empírico, procura-se, de seguida, destacar as principais conclusões assentes nos resultados da presente dissertação, apontando as suas limitações mais significativas e enunciando/reflectindo sobre alguns aspectos a considerar, em estudos posteriores.

Capítulo V
Conclusão

O presente estudo destaca-se pela sua inovação no grande domínio da adopção, no contexto da realidade portuguesa, primordialmente por se focalizar nas ideias e crenças que os pais adoptivos e os candidatos à adopção têm sobre esta complexa temática, uma vez que não existem estudos empíricos, tanto a nível nacional como a nível internacional, que se direccionem nesse sentido.

O questionário desenvolvido revelou tratar-se de um instrumento robusto, que preenche os requisitos necessários, em termos de fidelidade e validade, a uma utilização futura. Com efeito, verificou-se que, além de este ser constituído por itens que apresentam um bom grau de sensibilidade, permitindo uma discriminação entre os sujeitos, patenteia uma estrutura multifactorial nítida, exibindo níveis de consistência interna bastante satisfatórios. Neste sentido, a EICA, apresenta-se como um instrumento capaz de avaliar, na população portuguesa, as ideias e crenças que os candidatos e pais adoptivos têm da adopção de um modo geral, e de tudo o que lhe é correlativo de um modo específico. A utilização deste instrumento junto de uma amostra de pais adoptivos e candidatos à adopção permitiu conhecer as ideias e crenças dominantes, relativamente a cinco dimensões específicas da adopção: caracterização das famílias, pais e filhos adoptivos, factores de risco associados à adopção, contacto entre as famílias adoptiva e biológica, revelação sobre a condição de adoptado à criança e, finalmente, o impacto das experiências do passado da criança na adopção.

Neste âmbito, destaca-se, em primeiro lugar, uma clara prevalência, entre os participantes, de ideias positivas em relação à adopção, não a associando como sinónimo de problemas e de factor de risco, levando a concluir que as pessoas que estão ligadas intimamente à adopção crêem nesta forma alternativa de ter filhos e constituir uma família como um modo completamente digno, ou seja, existe uma valorização da parentalidade adoptiva. De facto é importante que os pais/candidatos adoptivos não façam esta associação da adopção a problemas, mas por outro lado devem ter consciência e não negar que, por se tratar de uma situação especial e distinta de uma família não adoptiva, a adopção deve ser um processo realizado cuidadosamente e lidado de uma forma diferente da parentalidade biológica. Deste modo, a formação parental poderá ter como ponto de partida a tomada de consciência das especificidades da adopção e de tudo que lhe é correlativo, assim como deverá valorizar o modo de a perceber positivamente.

Em segundo lugar, atendendo a revelação sobre a condição de adoptada à criança, os resultados obtidos indicam que os adoptantes concordam que esta seja feita. Apesar disso, por existirem vários tabus e dificuldades em torno desta situação é imprescindível que a formação parental tenha em consideração este aspecto, para além de que não se sabe se estes candidatos e pais adoptivos estão de facto disponíveis a comunicar de modo continuado acerca da adopção e do passado e origens da criança com esta. Segundo

Brodzinsky et al. (1998) os pais adotivos têm de criar condições a uma exploração adequada das questões relacionadas com a adopção que a criança irá fazer ao longo do seu processo de desenvolvimento, designadamente, falar e discutir sobre a adopção, lidar com a curiosidade da criança sobre a sua família de origem, ajudá-la a lidar com o sentimento de perda relacionado com a adopção, dar suporte a uma auto-imagem positiva relativamente à adopção e, nalguns casos, quando esta chega à adolescência e à idade adulta, lidar com os seus planos de procura da família de origem. Adicionalmente, têm de explorar e compreender os seus próprios sentimentos em relação à família biológica, bem como preparar-se para partilhar com a criança adoptada informações sobre as suas origens e a história da sua adopção (Brodzinsky et al., 1998).

Por outro lado, os adoptantes do presente estudo demonstraram algum receio em relação ao contacto que possam estabelecer com a família biológica, na presença ou não da criança. Assim sendo, apesar de compreensível, trata-se de uma questão a ser trabalhada não só na formação parental, mas também em futuras investigações portuguesas, explorando-se os sentimentos em relação ao possível contacto que possam vir a estabelecer com a família biológica, analisando-se os pontos fortes e fracos deste e de todos os receios que lhe estão associados.

Finalmente, os adoptantes evidenciam alguma consciência do impacto que algumas experiências vitais do passado da criança têm no processo de adopção. Os pais que porventura adoptem uma criança em que o seu passado é marcado por uma diversidade de rupturas de vinculações importantes para o seu desenvolvimento saudável, devem ser acompanhados, seja através de formação parental, seja de modo individualizado, sensibilizando-os para a importância da promoção da adaptação do filho à família de uma forma gradual, evitando compensar a criança pelas experiências traumáticas do passado.

Atentando nas características sócio-demográficas, destacam-se as diferenças encontradas entre os pais e os candidatos adoptivos, concluindo-se que, apesar destas terem sido reduzidas, são de certo modo reveladoras de que a experiência da parentalidade adoptiva surte efeitos positivos na forma de perceber e lidar com a adopção, corroborando a hipótese inicialmente levantada.

Analisar e perceber a adopção como uma causa e os problemas das famílias/pais/crianças adoptivas como um efeito revela-se, como se pode averiguar ao longo de uma extensa revisão bibliográfica, uma visão bastante simplista, redutora e inatista. Existe uma tendência nos pais com um nível intelectual mais baixo de explicar o comportamento das crianças no que se refere às influências concretas e unidimensionais (ambientais/biológicas), ou, então, em circunstâncias imediatas, sem integrar as condições anteriores (Sameroff & Feil, 1985). Aliás, a própria psicologia, enquanto ciência, apesar de nas suas origens ter tentado dar resposta ao comportamento do indivíduo como um efeito

de uma determinada causa, havendo por isso uma relação linear, actualmente dirige-se num sentido de perspectivar o indivíduo tendo em consideração todas as variáveis externas e internas que o circundam e que o definem. Deste modo, apesar de poder existir uma determinada causa que normalmente se encontra associada a um determinado efeito, não significa que este último vá acontecer, uma vez que esse efeito se encontra relacionado a múltiplas causas (e não a só uma) sejam elas individuais, interpessoais ou sistémicas, analisando-se assim a situação de uma forma holística e ecológica (cf., Peláez, 2007 e Palácios & Rodrigo, 1998). Segundo Dix (1993), os pais com maiores capacidades tendem a explicar o funcionamento problemático da criança em causas interactivas, integrando os factores ambientais e temperamentais da criança. Neste sentido, de uma maneira geral as respostas dos participantes poderão revelar esta capacidade de conseguir analisar a adopção integrando múltiplas componentes. Com efeito, pretende-se que esta investigação alerte para a importância de considerar e explorar a adopção, em toda a sua pluralidade de elementos, apresentando-se como um passo nesta direcção. Contudo, é necessário que existam investigações futuras sobre esta temática. A tendência será a de abrir novas direcções na investigação (Warren, 1992), em que se encare a adopção numa perspectiva contextual, ecológica e mais ampla.

Desmontar crenças, reflectir, debater, informar e reelaborar ideias constituirá um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento de um projecto de adopção e para a formação parental dirigida aos adoptantes. Contudo, é importante ter em consideração a idiosincrasia de cada criança adoptada, de cada pai adoptivo e de cada família adoptiva, uma vez que entre as famílias adoptivas existe uma enorme diversidade de: estrutura e composição, status social, postura face à adopção e motivações que estas tenham para adoptar (Palacios et al., 1996) e, apesar de existir uma diversidade de factores de risco na adopção estes poderão ser ou não superados, conforme as características específicas da criança, dos pais e da família adoptiva. Deste modo, uma vez que a população adoptiva é bastante heterogénea, a investigação nesta área ao caracterizar a população pertencente ao universo da adopção pode cair no erro de generalização. Smith (1997) sublinha que uma forma de lidar com a adopção pode funcionar para uma família "A", mas pode não resultar para uma família "B". Apesar de se tentar delinear um programa de formação parental que tente resolver/colmatar algumas dificuldades que a adopção possa trazer, além de não existirem ingredientes que resultem em todas as famílias, a superação dos problemas faz-se no dia-a-dia dos pais com os seus filhos adoptivos. Sendo assim, a formação deve ser vista como um alicerce, um ponto de partida, mas não a solução - a formação pretende-se que seja continuada e de auto-didactismo, no sentido de que a cada família compete identificar dificuldades e antecipar soluções.

Sublinhe-se, ainda, que o sucesso da adopção depende de uma multiplicidade de factores que vão muito mais para além das características específicas da família/pais/filhos adoptivos. Depende também do estudo desenvolvido pelos serviços de adopção no que diz respeito à avaliação, selecção e *matching* entre os pais adoptivos e determinada criança, para além do acompanhamento fornecido antes e depois da adopção ser decretado. Se um destes factores falha, o risco de insucesso da adopção poderá emergir. Assim a “batata quente” não se encontra somente do lado da família adoptiva e seus constituintes como também do lado dos serviços de adopção. Devem por isso existir práticas profissionais orientadas para a promoção do sucesso da adopção que potencieiem os factores protectores na díade adoptante-adoptado de modo a reduzir os riscos presentes em qualquer adopção.

O risco de insucesso da adopção e a percepção da família adoptiva como detentora de uma diversidade de problemas corresponde a uma orientação “negativa” da investigação no âmbito da adopção. Esta orientação não induzirá também na população de uma maneira geral e, nos principais actores da adopção de um modo específico, esta perspectiva negativa associada à adopção? Deste modo sugere-se que existam mais estudos que analisem a adopção numa perspectiva positiva, tal como Coakley (2005), McDonald et al. (2001), Nelson (1985), Palacios e Sánchez-Sandoval (2005), Palacios et al. (1996) e Peláez (2007) que se centraram nos factores de satisfação da adopção ou Lahti (1982) que se focalizou na avaliação do bem estar a longo prazo das crianças adoptadas.

Constata-se, de acordo com a investigação que existe uma relação entre as ideias e os comportamentos parentais. Contudo, as ideias por si só não conseguem predizer de uma forma linear o modo como os pais agirão com os seus filhos, o facto de se pensar de determinada maneira não significa que se vai agir em concordância. O que se verifica é que os comportamentos parentais mais adaptativos estão associados a sistemas de ideias parentais correctos (Cruz, 2005). Deste modo, tomar conhecimento das ideias/crenças em relação à adopção por parte dos candidatos/pais adoptivos é um importante factor para compreender o modo como estes lidam com a adopção e como se relacionam ou se irão relacionar com os filhos adoptivos, para além de servir de apoio para a formação parental. Contudo, é importante ter em consideração outros aspectos, uma vez que, as ideias parentais “(...) talvez apenas só captem a ponta do iceberg da cognição parental” (Sameroff & Feil, 1985, p.85).

Uma das maiores limitações deste estudo relaciona-se com o facto de não se saber até que ponto muitas das respostas não foram somente “politicamente correctas”, na medida em que, “as ideias dos pais, expressas em respostas a um questionário, não passam muitas vezes de respostas socialmente desejáveis ou de *clichés*” (Cruz, 2005, p.197). Paralelamente, a possibilidade de poderem existir respostas socialmente desejáveis poderá revelar, *per se*, a ausência de consciência por parte dos adoptantes em relação às suas

verdadeiras ideias/crenças, demonstrando também, por seu turno, a emergência da existência de formação parental em que a tomada de consciência da forma como cada um pensa possa vir a ser um bom ponto de partida, tendo em conta que, “para que uma cognição possa ser alterada é imprescindível que ela seja, ou se torne, acessível e consciente” (Cruz, 2005, p.152).

Por os pais/candidatos adoptivos terem sido contactados pelos serviços de adopção, as suas respostas ao instrumento utilizado podem ter sido inconscientemente influenciadas, por as considerarem como elementos de avaliação das suas competências parentais, tentando por isso corresponder às expectativas que atribuem aos técnicos destes serviços.

Em relação ao instrumento propriamente dito, constata-se que este apresenta algumas limitações. Por não se ter feito um estudo piloto surgiram itens que não se encontravam tão bem formulados, uma vez que não se testou a sua compreensão. Paralelamente, partindo-se da revisão bibliográfica realizada verifica-se a existência de temáticas que não foram analisadas neste estudo, designadamente, a adopção internacional; alguns itens que complementam a caracterização dos pais adoptivos e que se referem à autoridade, à super-protecção e à escolaridade; a questão referente à separação ou não de irmãos na adopção; a abertura da comunicação sobre a adopção; a adopção de uma criança para substituir um filho biológico perdido; a perspectiva do contacto entre as famílias biológica e adoptiva como sendo positiva e as questões relacionadas com a procura das suas origens por parte do adoptado. Deste modo, considera-se que seria pertinente em futuras investigações nesta área a introdução de novos itens no questionário que reportem a essas variáveis e rever alguns itens do questionário no que respeita à facilidade ou não da sua integral compreensão.

Nos dados sócio demográficos do instrumento não se questiona a idade e o estado civil dos participantes e, em relação aos candidatos não existe referência ao tempo em que estes são candidatos, pelo que se sugere a sua introdução destes dados pessoais em futuras aplicações do instrumento.

Adicionalmente, uma sugestão para futuras investigações é a de averiguar qual deveria ser a dimensão da escala de resposta mais adequada para o instrumento: por um lado, a opção de ser constituída por quatro valores foi para “obrigar” o inquirido a posicionar-se em relação à ideia/crença; por outro lado, a escala ao ser constituída por cinco ou sete valores, permitiria a possibilidade dos inquiridos nem discordarem nem concordarem com o item, na medida em que se constatou que existem ideias/crenças em que esta alternativa é a melhor. Por exemplo, se os pais/candidatos à adopção concordam com o item é porque associam a adopção a problemas e a factores de risco e se negam esta ligação parece que não têm consciência da especificidade da adopção ou então por ser socialmente aceite responder dessa forma.

O meio contribui para que os constituintes da família adoptiva aceitem e se sintam bem com as suas particularidades. Apesar de haver um progresso na desmitificação da adopção (Warren, 1992) ainda existem difundidas no senso comum ideias/crenças que estão de facto erradas e que de certa forma, contribuem para que os elementos da família adoptiva se questionem sobre essas crenças. Deste modo, faria sentido a aplicação do instrumento da presente dissertação junto do senso comum (pessoas que nada têm a haver em relação à adopção e de pessoas que se relacionam com algumas famílias adoptivas - familiares e amigos). Adicionalmente, tal como Brown (1988) referiu, deveriam existir iniciativas de promoção da consciência da população em geral sobre o tipo de crianças que se encontram à espera para ser adoptadas, assim como sobre o processo de adopção em si, educando a comunidade, desmistificando crenças e medos, reduzindo o estigma social difundido acerca da adopção e promovendo uma atitude mais positiva em relação à adopção. Coakley e Berrick (2007) acrescentam que deveriam existir estudos comparativos que informassem a prática e a política da comunidade sobre o papel da adopção, de forma a minorar os desafios sócio-emocionais com que as crianças adoptivas usualmente se deparam.

A “adopção” é como se fosse uma peça de teatro que envolve diferentes actores, e todo um cenário envolvente e que pode ter um final que se deseja. Estes actores, que vão desde a(s) criança(s) adoptada(s), o(s) pai(s) adoptivo(s), os possíveis irmãos, os pais biológicos, o serviço de adopção e a(s) família(s) de acolhimento, vão surgindo em momentos/actos da peça distintos que se articulam para a composição de uma narrativa de sucesso. A escola e os diferentes espaços onde a criança adoptada poderá ter vivido, isto é, a casa dos pais biológicos, a instituição, a casa das famílias de acolhimento e, finalmente, a casa da família adoptiva poderão ser imaginados com cenários envolventes. Mas a adopção é, também, um “pau de dois bicos”, na medida em que, de um lado, o facto de uma pessoa sentir que “não é desejada” pelos seus pais biológicos como filho/a será uma marca para o resto da sua vida; e do outro lado, dá-lhe, a esperança de ter uma vida saudável, com a possibilidade de pertencer a uma nova família, de amar e de ser amado/a logo em criança e de criar vínculos afectivos essenciais para a sua vida. Assim, a adopção funcionará como uma “luz” para a vida de alguém que foi inicialmente rejeitado pelos seus pais biológicos, que não quiseram ou puderam assumir a sua parentalidade.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, N J: Erlbaum.
- Alexander, L. B., Doty, L., & Morrison, M. (2004). A family of trust: African American parents' stories of adoption disclosure. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74 (4), 448-455.
- Almeida, L. S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquillibrios Edições.
- Balcom, K. (2006). Constructing families, creating mothers: gender, family, state and nation in the history of child adoption. *Journal of Women's History*, 18 (1), 219-232.
- Barth, R. P. (1994). Adoption research: building blocks for the next decade. *Child Welfare*, 73 (5), 625-638.
- Barth, R. P., & Berry, M. (1987). Outcomes of child welfare services since permanency planning. *Social Services Review*, 61, 71-90.
- Barth, R. P., & Berry, M. (1991). Preventing adoption disruption. *Prevention in Human Services*, 9 (1), 205-222.
- Barth, R., Berry, M., Yoshikami, R., Goodfield, R. K., & Carson, M. L. (1988). Predicting Adoption Disruption. *Social Work*, 33 (3), 227-333.
- Beckett, C., Maughan, B., Rutter, M., Castle, J., Colvert, E., Groothues, C., et al. (2006). Do the effects of early severe deprivation on cognition persist into early adolescence? Findings from the English and Romanian Adoptees Study. *Child Development*, 77, 696-711.
- Belbas, N. F. (1987). Staying in touch: Empathy in open adoptions. *Smith College Studies in Social Work*, 57 (3), 184-198.
- Berman, L. C., Bufferd, R. K. (1986). Family treatment to address loss in adoptive families. *Social Casework*, 1, 3-9.
- Berry, M. (1991a). Open adoption in a sample of 1296 families. *Children and Youth Services Review*, 13, 379-396.
- Berry, M. (1991b). The practice of open adoption: Findings from a study of 1396 adoptive families. *Children and Youth Services Review*, 13, 379-395.
- Berry, M. (1992). Contributors to adjustment problems of adoptees: a review of the longitudinal research. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 9, 525-540.
- Berry, M. (1993a). Adoptive parents' perceptions of, and comfort with, open adoption. *Child Welfare Journal*, 72 (3), 231-253.
- Berry, M. (1993b). Risks and benefits of open adoption. *The Future of Children: Adoption*, 3 (1), 125-138.
- Berry, M. & Barth, R. (1989). Behaviors problems of children adopted when older. *Children and youth services review*, 11, 221-238.
- Berry, M. & Barth, R. (1990). A study of disrupted adoptive placements of adolescents. *Child Welfare*, 54, 505-512.
- Berry, M. & Barth, R. (1992). Contributors to adjustment problems of adoptees: a review of the longitudinal research. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 9, 525-540.
- Blum, H. P. (1983). Adoptive parents: generational conflict and generational continuity. *Psychoanalytic Study Child*, 35, 141-163.
- Bohman, M. (1972). A study of adopted children, their background environment: Some adoption studies. *Acta Paediatrica Scandinavica*, 61, 90-97.
- Boanuto, M. L. (1992). The rights of parents and nonparents in non-traditional families. *The Best of Massachusetts Continuing Legal Education*, 4 (1), 17-31.
- Boer, F., & Spiering, S. M. (1991). Siblings in foster care: Success and failure. *Child Psychiatry and Human Development*, 21 (4), 291-300.
- Borders, L. P., Black, L. K., & Pasley, B. K. (1998). Are adopted children and their parents at greater risk for negative outcomes?. *Family Relations*, 49, 407-418.
- Borders, L. D., Penny, J. M., & Portnoy, F. (2000). Adult adoptees and their friends: Current functioning and psychological well-being. *Family Relations*, 49, 407-418.
- Bornstein, M. H., Tamis-Le Monda, C. S., Pascual, L., Haynes, O. M., Painter, K. M., Galperín, C. Z., & Pêcheux, M. (1996). Ideas about parenting in Argentina, France, and the United States. *International Journal of Behavioral Development*, 19(2), 347-367.

- Boss, P. (2002). *Family stress management* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications. Acedido a 25 de Maio de 2009, em <http://books.google.pt>
- Bowlby, J. (1978). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Brinich, P. M. (1980). Some potential effects of adoption on self and object representations. *Psychoanalytic Study of the Child*, 35, 107-133.
- Brinich, P. M. (1990). Adoption from the inside out: A psychoanalytic perspective. In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.). *The psychology of adoption* (pp. 42-61). New York: Oxford University Press.
- Brinich, P. M. (1995). Psychoanalytic perspectives on adoption and ambivalence. *Psychoanalytic psychology*, 12 (2), 181-199.
- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption. *Clinical Psychology Review*, 7, 25-47.
- Brodzinsky, D. M. (1990). A stress and coping model of adoption adjustment. In D. M. Brodzinsky & M. D. Schechter (Eds.). *The Psychology of Adoption* (pp. 3-24). Oxford: Oxford University Press.
- Brodzinsky, D. M. (1992). The impact of family structure on the adjustment of adopted children. *Child Welfare League of America*, 81, 69-76.
- Brodzinsky, D. M. (2005). Reconceptualizing openness in adoption: implications for theory, research, and practice. In D. M., Brodzinsky, J., Palacios (Eds.). *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 145-166). Westport, CT: Greenwood.
- Brodzinsky, D. M., & Brodzinsky, A. B. (1992). The impact of family structure on the adjustment of adopted children. *Child Welfare*, 71 (1), 69-76.
- Brodzinsky, D. M., & Huffman, L. (1988). Transition to adoptive parenthood. *Marriage and Family Review*, 6, 267-286.
- Brodzinsky, D. M., Pappas, C., Singer, L. M., & Braff, A. M. (1981). Children's conception of adoption: a preliminary investigation. *Journal of Pediatric Psychology*, 6 (2), 177-189.
- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed). *Handbook of Parenting: Vol 1. Children and parenting* (pp. 279-311). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, D. E., Braff, A. M., & Singer, L. M. (1984). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52 (940), 582-590.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D., & Henig, R. M. (1992). *Being adopted: The lifelong search for self*. New York: Anchor Books.
- Brodzinsky, D. M., Singer, L. M., & Braff, A. M. (1984). Children's understanding of adoption. *Child Development*, 55, 869-878.
- Brodzinsky, D. M., Smith, D., & Brodzinsky, A. (1998). *Children's adjustment to adoption: developmental and clinical issues*. California: SAGE.
- Brown, E. (1988). Recruiting adoptive parents for children with developmental disabilities. *Child Welfare*, 67(2), 123-135.
- Cardoso, C. (2008). *Estratégias disciplinares e afectos parentais: um estudo exploratório com pais biológicos e pais adotivos*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Castagnini, C. A. (2004). The relationship between changes in the type and frequency of contact in open and closed adoptions and behavioural outcomes of adopted children. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*, 65(9-A), 3587. (UMI No. 3145168).
- Chapman, C., Dorner, R., Silber, K., & Winterberg, T. S. (1987). Meeting the needs of the adoption triagle through open adoption: The adoptive parent. *Child and Adolescent Social Work*, 4 (1), 3-12.
- Coakley, J. (2005). Finalized adoption disruption: a family perspective. Doctoral Dissertation, University of California, Berkeley.
- Coakley, J. & Berrick, J. (2007). Research Review: In a rush to permanency: preventing adoption disruption. *Child and Family Social Work*, 1-12.
- Colaço, J., & Vicente, G. (Eds.). (1998). *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira da cultura*. (Edição século XXI, Vols. 1-29). Lisboa: Editorial Verbo.
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Edições Asa.

- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Daniluk, J. C., & Hurting-Mitchell, J. (2003). Themes of hope and healing: infertile couples experiences of adoption. *Journal of Counseling & Development, 81*, 389-399.
- Demick, J., & Wapner, S. (1988). Open and closed adoption: a developmental conceptualization. *Family Process, 27*, 229-249.
- Díaz, J. A., & Ferré, M. C. (2003). Infertilidad: etiología, pautas diagnósticas y conducta a seguir. In E. C. Rodríguez (Coord. general), *Tratado de ginecología, obstetricia y medicina de la reproducción, tomo 2* (pp. 1416-1426). Madrid: Editorial Médica Panamericana.
- Dix, T. H. (1993). Attributing dispositions to children: An interactional analysis of attribution in socialization. *Personality and Social Psychology Bulletin, 19*, 633-643.
- Donovan, D. M. (1990). Debate forum: Resolved: Children should be told of their adoption before they ask: Negative. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 29*, 830-832, 833.
- Farber, M., Timberlake, E., Mudd, & Cullen, L. (2003). Preparing parents for adoption: an agency experience. *Child and Adolescent Social Work Journal, 20* (3), 175-196.
- Feeney, J., Passmore, N., & Peterson, C. (2007). Adoption, attachment, and relationship concerns: a study of adult adoptees. *Personal Relationships, 14*, 129-147.
- Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração...Adopção e comportamento parental. *Análise Psicológica, 2* (XXII), 399-411.
- Fleckenstein, L. L. (1990). Adoption: Does it modify the emotional impact of infertility?. *Dissertation Abstracts International, A: The Humanities and Social Sciences, 52*, 1521A.
- Fletcher, J. F. (1995). Correlates of psychosocial adjustment among adult adopted children. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences, 58*(1-A), 0290. (UMI No. 9717722).
- Freud, A. (1972). The child as a person in his own right. *Psychoanalytic Study Child, 27*, 621-625.
- Fuertes, J., & Amorós, P. (1996). Práctica de la adopción. In J. Paúl, J. & Arruabarrena (Eds.), *Manual de protección infantil* (pp. 447-490). Barcelona: Masson.
- Giriante, S. (2009). *Práticas profissionais em adoção: Perspectivas dos técnicos dos Serviços de adoção*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Glidden, L. (1991). Adopted children with developmental disabilities: Postplacement family functioning. *Children and Youth Services Review, 13*, 363-377.
- Goodnow, J. J. (1985). Change and variation in ideas about childhood and parenting. In I.E. Sigel (Ed.), *Parental belief systems. The psychological consequences for children*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- Goodnow, J. (2002). Parents' knowledge and expectations: using what we know. In M. H. Bornstein (Ed.). *Handbook of parenting: vol.3. Being and becoming a parent* (pp. 439-460). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Gordon, R. S. (1997). A comparative study of child-rearing practices and family environments of adoptive and biological families. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences, 58*(3-A), 1109. (UMI No. 9728798).
- Groothues, C., Beckett, C., & O'Connor, T. (1998). The outcome of adoptions from Romania. *Adoption and Fostering, 22*, 30-39.
- Grotevant, H. (1997). Coming to terms with adoption: The construction of identity from adolescence into adulthood. *Adoption Quarterly, 1*, 3-27.
- Grotevant, H. D. (2000). Openness in adoption: Research with the adoption kinship network. *Adoption Quarterly, 4* (1), 45-64.
- Grotevant, H.D., & McRoy, R.G. (1997). The Minnesota/Texas openness in adoption research project: Evolving adoption policies and practices and their implications for development and relationships. *Applied Developmental Science, 1*, 166-184.
- Grotevant, H.D., Perry, Y. V., & McRoy, R. G. (2005). Openness in adoption: Outcomes for adolescent within their adoptive kinship networks. In D. M., Brodzinsky, J., Palacios (Eds). *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 167-186). Westport, CT: Greenwood.

- Grotevant, H. D., Ross, N. M., Marchel, A. M., & McRoy, R. G. (1999). Adaptive behaviour in adopted children: Predictors from early risk, collaboration within the adoptive kinship network, and openness arrangements. *Journal of Adolescent Research, 14*, 231-247.
- Groze, V. (1986). Special needs adoption. *Children and Youth Services Review, 8* (4), 363-373.
- Groze, V. (1996). A 1 and 2 year follow-up study of adoptive families and special needs children. *Children and Youth Services Review, 18*, 57.
- Groze, V., & Ileana, D. (1996). A follow-up study of adopted children from romania. *Child and Adolescent Social Work Journal, 13* (6), 541-565.
- Halman, L. J., Abbey, A., & Andrews, F. M. (1992). Attitudes about infertility interventions among fertile and infertile couples. *American Journal of Public Health, 82* (2), 191-194.
- Harter, S. (1999). *The construction of the self: A developmental perspective*. New York: Guilford Press. Acedido a 10 de Julho de 2008, em <http://books.google.pt>
- Hassol, J. L., & Hassol, L. (1979). Adopting older children: good intentions are not enough. *PsycCritiques, 4*(10), 789-790.
- Haugaard, J. J., West, N. M., & Moed, A. M. (2000). Open adoptions: attitudes and experiences. *Adoption Quarterly, 4*(2), 89-99.
- Hegar, R. (2005). Sibling placements in foster care and adoption: an overview of international research. *Child and Youth Services Review, 27*, 717-734.
- Hollingsworth, L. D. (1997). Effect of transracial/transethnic adoption on children's racial and ethnic identity and self-esteem: A meta-analytic review. *Marriage and Family Review, 25* (1-2), 99-130.
- Humphrey, M., & Ounsted, C. (1963). Adoptive families referred for psychiatric advice, Part I: The children. *British Journal of Psychiatry, 109*, 599-608.
- Ishizawa, H., Kenney, C. T., Kubo, K., & Stevens, G. (2006). Constructing interracial families through intercountry adoption. *Social Science quarterly, 87* (5), 1207-1224.
- Jones, A. (1997). Issues relevant to therapy with adoptees. *Psychotherapy, 34*, 64-68.
- Judge, S. (2003). Determinants of parental stress in families adopting children from Eastern Europe. *Family relations, 52* (3), 241-248.
- Juffer, F. (2006). Children's awareness of adoption and their problem behavior in families with 7-year-old internationally adopted children. *Adoption Quarterly, 9* (2-3), 1-22.
- Juffer, F., & van IJzendoorn, M. H. (2007). Adoptees do not lack self-esteem: a meta-analysis of studies on self-esteem of transracial, international, and domestic adoptees. *Psychological Bulletin, 133* (6), 1067-1083.
- Kadushin, A., & Seidl, F. W. (1971). Adoption failure: A social work postmortem. *Social Work, 16*, 32-38.
- Kagan, R. M., & Reid, W. J. (1986). Critical factors in the adoption of emotionally disturbed youth. *Child Welfare, 65* (1), 63-74.
- Kaye, K., & Warren, S. (1988). Discourse about adoption in adoptive families. *Journal of Family Psychology, 1*, 406-433.
- Kent, K. G., & Richie, J. E. (1976). Adoption as an issue in casework with adoptive parents. *American Academy Journal of Child Psychiatry, 15* (3), 510-521.
- Kirk, H. D. (1964). *Shared fate: A theory of adoption and mental health*. New York: The Free Press. Acedido a 11 de Julho de 2008, em <http://books.google.pt>
- Kirk, D. (1981). *Adoptive kinship: A modern institution in need of reform*. Toronto: Butterworths. Acedido a 2 de Abril de 2009, em <http://books.google.pt>
- Kirschner, D., & Nagel, L. S. (1988). Antisocial behavior in adoptees: Patterns and dynamics. *Child & Adolescent Social Work Journal, 5* (4), 300-314.
- Lahti, J. (1982). A follow-up study of foster children in permanent placements. *Social Service Review, 56*, 557-571.
- Lanz, M., lafrate, R., Rosnati, R., & Scabini, E. (1999). Parent-child communication and adolescent self-esteem in separated, intercountry adoptive and intact non-adoptive families. *Journal of Adolescence, 22*, 785-794.
- Larussa, T. K. (1995). Anxiety, locus of control and stress in adoptive and biological parents of adolescents. *Dissertation Abstracts International: Section B: The Sciences and Engineering, 56*(12-B), 7048. (UMI No. 9612618).

- Lee, J. S., & Twaite, J. A. (1997). Open adoption and adoptive mothers: Attitudes toward birthmothers, adopted children, and parenting. *American Journal of Orthopsychiatry*, 61, 576-584.
- LePere, D. W. (1987). Vulnerability to crises during the life cycles of the adoptive family. *Journal of Social Work and Human Sexuality*, 6 (1), 73-85.
- Lindholm, B. W., & Touliatos, J. (1980). Psychological adjustment of adopted and non-adopted children. *Psychological Reports*, 46, 307-310.
- Loehlin, J., Willerman, L., & Horn, J. (1982). Personality resemblances between unwed mothers and their adopted-away offspring. *Developmental Psychology*, 1089-1099.
- MacIntyre, J. C. (1990). Debate forum: Resolved: Children should be told of their adoption before they ask: Affirmative. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 29, 828-829, 832-833.
- Mascarenhas, M.C. & Alarcão, M. (2002). Famílias adoptivas e processo de adoção. In C. Machado & R.A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes: Vol 2. Crianças* (pp. 245-289). Coimbra: Quarteto Editora.
- Mateus, G. & Relvas, A. (2007). Adopção e Parentalidade. In A. Relvas & M. Alarcão (Coords.), *Novas Formas de Família* (2ª ed., pp. 121-187). Coimbra: Quarteto Editora.
- Marx, J. (1990). Better me than somebody else: Families reflect on their adoption of children with developmental disabilities. *Journal of Children in Contemporary Society*, 23, 141-174.
- McCubbin, H. I., & Patterson, J. M. (1983). The family stress process: The double ABCX model of adjustment and adaptation. *Marriage and Family Review*, 6, 7-37.
- McDonald, T., Lieberman, A., Partridge, S., & Hornby, H. (1991). Assessing the role of agency services in reducing adoption disruptions. *Children and Youth Services Review*, 13, 425-438.
- McDonald, T.P., Propp, J.R. & Murphy, K.C. (2001). The postadoption experience: child, parent, and family predictors of family adjustment to adoption. *Child Welfare*, 80, 71-94.
- McRoy, R. G., & Grotevant, H. D. (1988). Open adoptions: Practice and policy issues. *Journal of Social Work and Human Sexuality*, 6 (3), 199-132.
- Meezan, W., Katz, S., & Russo, E. M. (1978). *Adoptions without agencies: A study of independent adoptions*. New York: Child Welfare League of America.
- Melosh, B. (2002). *Strangers and kin: The american way of adoption*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Miranda, A. (2009, April 5). Adopção internacional: 53 crianças estrangeiras adoptadas por portugueses nos últimos seis anos. *Jornal Público*. Retrived May 25, 2009, from <http://jornal.publico.clix.pt>
- Morris, A. (1999). *The adoption experience: Families who give a second change*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Morison, S. J., Ames, E. W., & Chisholm, K. (1995). The development of children adopted from Romanian orphanages. *Merrill-Palmer Quarterly: Journal of Developmental Psychology*, 41, 411-430.
- Mul, D., Oostdijk, W., & Drop, S. L. S. (2002). Early puberty in adopted children. *Hormone Research*, 57, 1-9.
- Nelson, K. A. (1985). *On the frontier of adoption: A study of special needs adoptive families*. Washington, DC: Child Welfare League of America. Acedido a 2 de Fevereiro de 2009, em <http://books.google.pt>
- Nickman, S. L. (1985). Losses in adoption: The need for dialogue. *Psychoanalytic Study of the Child*, 40, 365-398.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2.ª ed.). New York: McGraw-Hill.
- Olsey, L. J. (1984). Predicting and permanency status of children in foster care. *Social Work Research and Abstracts*, 18 (1), 9-20.
- Palacios, J. (2007). Despues de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38 (2), 181-198.
- Palácios, J. & Rodrigo, M. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M.J. Rodrigo & J. Palácios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp.25-44). Madrid: Alianza Editorial.

- Palacios, J. & Sánchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted/nonadopted comparisons. In D. M., Brodzinsky, J., Palacios (Eds). *Psychological issues in adoption: Research and practice* (pp. 117-144). Westport, CT: Greenwood.
- Palacios, J. & Sánchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children. *International Journal of Behavioral Development, 30* (6), 481-487.
- Palacios, J., Sandoval, Y. & Espinosa, E. (1996). *La adopción en Andalucía*. Sevilla: Dirección General de Atención al Niño. Consejería de Asuntos Sociales. Junta de Andalucía.
- Pallant, J. (2005). *SPSS Survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS version 12*. New York: Open University Press.
- Pannor, R., & Baran, A. (1982). Open adoption as a standard practice. *Child Welfare, 43* (3), 233-250.
- Passmore, N. L., Fogarty, G. J., Bourke, C. J., & Baker–Evans, S. F. (2005). Parental bonding and identity style as correlates of self-esteem among adult adoptees and nonadoptees. *Family Relations, 54*, 523–534.
- Peláez, N. (2007). *Procesos de integración sócio-familiar en la adopción internacional*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universidad de Barcelona, Departamento de Métodos de Investigación y Diagnóstico en Educación.
- Pereira, A. (1999). *Guia prático de utilização do SPSS: análises de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pessoa, F. (2007). *A Mensagem*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Rautenan, A. (1959). Adoptive parents need help too. *Mental Hygiene, 33*, 424-431.
- Reid, W. J., Kagan, R. M., Kaminsky, A., & Heimer, K. (1987). Adoptions of older institutionalized youth. *Social Casework, 68*, 140-149.
- Reifler, J. P. (2001). Myths of Adoption. *Social Work, 28* (2), 173.
- Reis, M. (2009). *Necessidades de formação parental durante o processo de adopção: percepção dos adoptantes e dos profissionais*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Rosenberg, K., & Groze, V. (1997). The impact of secrecy and denial in adoption: Practice and treatment issues. *Families and Society, 78*, 5, 522–530.
- Rosenthal, J. A. (1993). Adoption outcome for children with special needs. *The Future of Children, 3*(1), 77-88.
- Rosenthal, J. A., & Groze, V. K. (1990). Special-needs adoption: A study of intact families. *Social Service, 64* (3), 475-505.
- Rosenthal, J. A., Groze, V. K. (1994). A longitudinal study of special-needs adoptive families. *Child Welfare, 73* (6), 689-706.
- Rosenthal, J. A., Schmidt, D., & Conner, J. (1988). Predictors of special needs adoption disruption: An exploratory study. *Children and youth services review, 10*, 101-117.
- Sá, E., & Cunha, M. J. (1996). *Abandono e adopção*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica, 3*(26), 501-517.
- Sammeroff, A. J., & Feil, L. A. (1985). Parental concepts of development. In I. E. Sigel (Ed.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- Sack, W. H., & Dale, D. D. (1982). Abuse and deprivation in failing adoptions. *Child Abuse and Neglect, 6*, 443-451.
- Santona, A., & Zavattini, G. C. (2005). Partnering and parenting expectations in adoptive couples. *Sexual and Relationship Therapy, 20* (3), 309-322.
- Sharma, A. R., McGue, M. K., & Benson, P. L. (1996). The emotional and behavioural adjustment of United States adopted adolescents: Part I. An overview. *Children and Youth Services Review, 18*, 83–100.
- Sharma, A. R., McGue, M. K., & Benson, P.L. (1998). The psychological adjustment of United States adopted adolescents and their nonadopted siblings. *Child Development, 69*, 791-802.
- Sroufe, L. A., & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development, 48*, 1184-1199.
- Silverstein, D. N., & Roszia, S. K. (1999). Openness: a critical component of special needs adoption. *Child Welfare, 78* (5), 637-651.

- Simon, N. M., & Senturia, A. G. (1966). Adoption and psychiatric illness. *American Journal of Psychiatry* 122, 858-867.
- Singer, L., Brodzinsky, D., Ramsay, D., Steir, M., & Waters, E. (1985). Mother-infant attachment in adoptive families. *Child Development*, 56, 1543- 1551.
- Smith, J. (1997). *The realities of adoption*. New York: Madison Books.
- Sorosky, A. D., Baran, A., & Pannor, R. (1975). Identity conflicts of adoptees. *American Journal of Orthopsychiatry*, 45 (1), 18–27.
- Staff, I., & Fein, E. (1992). Together or separate: A study of siblings in foster care. *Child Welfare*, 71 (3), 257– 270.
- Stevens, J. (1986). *Applied multivariate statistics for the social sciences*. New Jersey: Hillsdale.
- Sykes, M. (2000). Adoption with contact: A study of adoptive parents and the impact of continuing contact with families of origin. *Adoption and Fostering*, 24 (2), 20-33.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate Statistics* (4.^ªed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Terkelsen, K. G. (1980). Toward a theory of life-cycle. In E. A. Carter, & M. McGoldrick (Eds). *The family life cycle: A framework for family the therapy* (pp. 21-53). New York: Gardner Press Inc.
- Tieman, W., Van der Ende, J., & Verhulst, F. C. (2005). Psychiatric disorders in young adult intercountry adoptees: An epidemiological study. *American Journal of Psychiatry*, 162, 592–598.
- Tizard, B. (1994). Recent developments in adoption: social work policy and research outcomes. *Journal of child law*, 6, 50-56.
- Trigueirão, S. (2009, April 12). 80 crianças devolvidas a instituições. *Correio da Manhã*. Retrived October 28, 2009, from <http://www.correiomanha.pt>
- Triseliotis, J. (2000). Identity formation and the adopted person revisited. In A. Treacher and I. Katz (Eds). *The dynamics of adoption* (pp. 81-97). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Verhulst, F. C., Althaus, M., & Versluis-den Bieman, H. J. (1990). Problem behavior in international adoptees: I. An epidemiological study. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 29 (1), 94-103.
- Versluis–den Bieman, H. J., & Verhulst, F. C. (1995). Self-reported and parent reported problems in adolescent international adoptees. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 1411–1428.
- Ward, M. (1978). Full house: Adoption of a large sibling group. *Child Welfare*, 57 (4), 233-241.
- Warren, S. B. (1992). Lower threshold for psychiatric treatment for adopted adolescents. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 31 (3), 512-517.
- Wasson, V. P. (1939). *The chosen baby*. New York: J.B. Lippincott Company. Acedido a 15 de Junho de 2008, em <http://home.hiwaay.net>
- Watkins, M., & Fisher, S. (1993). *Talking with young children about adoption*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Weiss, A. (1985). Symptomatology of adopted and nonadopted adolescents in a psychiatric hospital. *Adolescence*, 20, 763-774.
- Wieder, H. (1978). On when and whether to disclose about adoption. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 26(4), 793-811.
- Wolfram, S. M. (2008). Openness in adoption: What we know so far - a critical review of the literature. *Social Work*, 53 (2), 133-142.
- Wrobel, G. M., Ayers-Lopez, S. Grotevant, H. D., McRoy, R. G., & Friedrick, M. (1996). Openness in adoption and the level of child participation. *Child Development*, 67, 2358-2374.
- Zamostny, K. P., Wiley, M. O., Lee, R. M., & Baden, A. L. (2003). Breaking the silence: Advancing knowledge about adoption for counseling psychologists. *Counseling Psychologist*, 31 (6), 647-650.
- Zwimpfer, D. M. (1983). Indicators of adoption breakdown. *Social Casework*, 64 (3), 169–77.

ANEXO

Medidas Descritivas dos 45 itens utilizados do questionário, ordenados segundo o valor da média de forma descendente

| Itens | Média | D-P | Variaç. | Assim. | Curtose | Moda | Mediana |
|--|-------|------|---------|--------|---------|------|---------|
| 11. Entre pais/filhos adotivos pode-se formar vínculo afectivo não sendo mesmo sangue | 3.86 | .392 | 1-4 | -3.21 | 13.19 | 4 | 4 |
| 52. Melhor pais contarem filhos que são adoptados do que eles descobrirem por si próprios | 3.75 | .469 | 1-4 | -1.71 | 2.8 | 4 | 4 |
| 33. Mesmo que fosse possível filho não descobrir que é adoptado, pais teriam de contar | 3.44 | .648 | 1-4 | -1.02 | 1.26 | 4 | 4 |
| 37. Criança adoptada recém-nascida precisa conhecer sua condição adoptada | 3.23 | .734 | 1-4 | -.874 | .869 | 3 | 3 |
| 47. Pais devem contar filhos que são adoptados mais cedo possível | 3.14 | .738 | 1-4 | -.415 | -.501 | 3 | 3 |
| 1. Famílias adoptivas nada têm diferente às não adoptivas | 3.12 | .836 | 1-4 | -.456 | -.862 | 4 | 3 |
| 29. Contacto com família biológica na adopção restrita risco insucesso | 2.90 | .620 | 1-4 | -.137 | .104 | 3 | 3 |
| 17. Adopção aberta não aplica cultura portuguesa | 2.83 | .776 | 1-4 | -.307 | -.228 | 3 | 3 |
| 51. Saber que é adoptado fundamental desenvolvimento criança adoptiva | 2.80 | .766 | 1-4 | -1.71 | 2.8 | 3 | 3 |
| 15. Pais adoptivos mais disponíveis/envidos | 2.79 | .686 | 1-4 | -.112 | -.181 | 3 | 3 |
| 34. Criança ligação forte Família Acolhimento risco insucesso adopção | 2.74 | .646 | 1-4 | -.377 | .324 | 3 | 3 |
| 13. Procura contacto família biológica factor perturbação adopção | 2.73 | .721 | 1-4 | -.026 | -.362 | 3 | 3 |
| 36. Experiências criança anteriores adopção mantêm-se vida fora | 2.72 | .667 | 1-4 | -.274 | .098 | 3 | 3 |
| 27. Criança percurso vários acolhimentos (familiar/institucional) risco insucesso adopção | 2.64 | .685 | 1-4 | -.211 | -.073 | 3 | 3 |
| 28. Criança passado pré-adopção falhada risco insucesso adopção | 2.58 | .659 | 1-4 | -.184 | -.127 | 3 | 3 |
| 19. Quanto mais velho adoptado maior risco insucesso adopção | 2.57 | .778 | 1-4 | -.156 | -.353 | 3 | 3 |
| 43. Conhecer situação adoptado não evoca na criança receio novamente abandonado | 2.54 | .764 | 1-4 | -.143 | -.334 | 3 | 3 |
| 4. Filhos adoptivos problemas psicológicos/adaptação específicos | 2.45 | .768 | 1-4 | -.212 | -.434 | 3 | 3 |
| 25. Criança apresentar problemas emocionais conduta risco insucesso adopção | 2.42 | .615 | 1-4 | -.405 | -.52 | 3 | 2 |
| 2. Pais adoptivos mais ansiosos | 2.41 | .762 | 1-4 | .047 | -.356 | 2 | 2 |
| 48. Pais adoptivos compensar filhos experiências traumáticas passado | 2.40 | .777 | 1-4 | .011 | -.416 | 2 | 2 |
| 44. Se criança gostar família adoptiva nunca desejar conhecer pais biológicos | 2.34 | .667 | 1-4 | .964 | .716 | 2 | 2 |
| 5. Necessidades apoio/formação candidatos específicas quando motivação associada infertilidade | 2.32 | .763 | 1-4 | .093 | -.369 | 2 | 2 |
| 50. Falar criança condição adoptada demasiado cedo traumatizante/perturbador personalidade | 2.16 | .753 | 1-4 | .335 | -.086 | 2 | 2 |
| 32. Adopção aberta alternativa implementar nosso país | 2.13 | .784 | 1-4 | .065 | -.764 | 2 | 2 |
| 22. Criança apresentar atraso desenvolvimento risco insucesso adopção | 2.08 | .601 | 1-4 | .241 | .513 | 2 | 2 |
| 3. Filhos adoptivos perturbações psicológicas mais frequência | 2.07 | .716 | 1-4 | .158 | -.413 | 2 | 2 |
| 8. Famílias adoptivas problemas específicos | 2.07 | .736 | 1-4 | .073 | -.722 | 2 | 2 |
| 14. Filhos adoptivos necessidade acompanhamento psicológico | 2.05 | .587 | 1-4 | .289 | .806 | 2 | 2 |

| | | | | | | | |
|---|------|------|-----|------|-------|---|---|
| 12.Código genético filhos adotivos determinante inteligência/personalidade/sentimentos/comportamentos | 2.03 | .733 | 1-4 | .347 | -.11 | 2 | 2 |
| 7.Necessidades apoio/formação candidatos maiores quando têm filhos biológicos | 2.01 | .631 | 1-4 | .465 | 1 | 2 | 2 |
| 42.Pais adotivos níveis mais elevados de stress | 1.99 | .614 | 1-4 | .363 | .856 | 2 | 2 |
| 23.NSE baixo candidatos risco insucesso adopção | 1.97 | .649 | 1-4 | .382 | .538 | 2 | 2 |
| 9.Pais adotivos mais permissivos | 1.95 | .631 | 1-4 | .131 | -.152 | 2 | 2 |
| 38.Criança etnia diferente dos adoptantes risco insucesso adopção | 1.90 | .670 | 1-4 | .437 | .380 | 2 | 2 |
| 20.Pais adotivos mais rígidos | 1.83 | .570 | 1-4 | .027 | 1.72 | 2 | 2 |
| 26.Adoptar fratrias risco insucesso adopção | 1.81 | .616 | 1-4 | .265 | .032 | 2 | 2 |
| 45.Filhos adotivos têm baixa auto-estima | 1.79 | .570 | 1-3 | .018 | -.281 | 2 | 2 |
| 35.Filhos adotivos problemas rendimento/adaptação escolar | 1.79 | .579 | 1-4 | .296 | .884 | 2 | 2 |
| 16.NSE elevado candidatos risco insucesso adopção | 1.75 | .609 | 1-4 | .344 | .224 | 2 | 2 |
| 39.Crianças adoptadas mais agressivas | 1.65 | .539 | 1-4 | .056 | -.351 | 2 | 2 |
| 41.Criança adoptada continuamente agradecida pais adotivos | 1.64 | .652 | 1-4 | .659 | .004 | 2 | 2 |
| 40.Socialmente desejável família mantenha secreta condição adoptada criança | 1.63 | .631 | 1-4 | .573 | -.136 | 2 | 2 |
| 49.Pais adotivos não substituem pais biológicos | 1.45 | .618 | 1-4 | 1.32 | 1.81 | 1 | 1 |
| 46.Filho adotivo não preenche completamente necessidades parentais como biológico | 1.34 | .517 | 1-3 | 1.15 | .241 | 1 | 1 |